

REVISTA MENSAL

# RN / ECONÔMICO

ANO XV — N.º 153 — MAIO/84 — CR\$ 1.500,00

MICRO-EMPRESAS  
UM PROJETO DE FUTURO

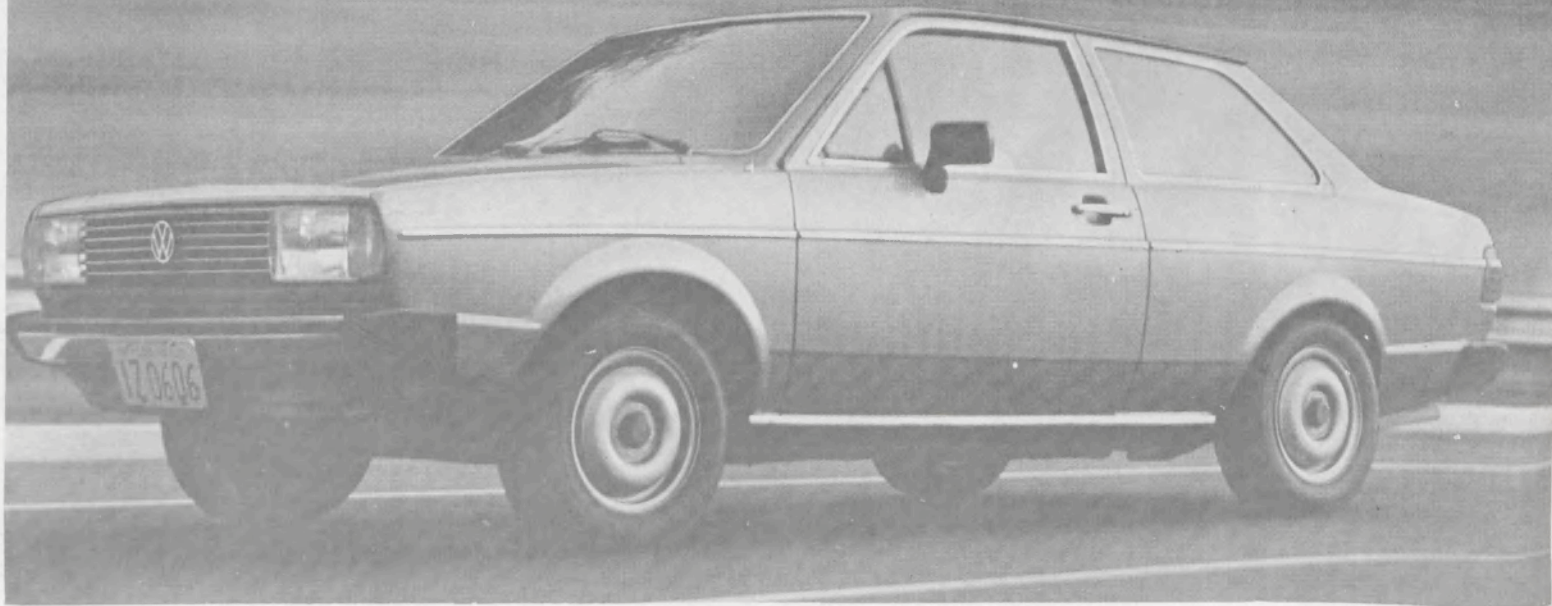


O NOVO  
DIREITO  
DA MULHER

AS  
DESVANTAGENS  
DO ICM

IGREJA POTIGUAR:  
CONSERVADORA  
OU PROGRESSISTA?

# VOCÊ NUNCA DIRIGIU ASSIM.



Novo painel espumaado e reestilizado. Novo econômetro SVA. Ar condicionado.



Detalhes de estilo ainda mais atuais.

Por fora, o Voyage 84 apaixona pelas novas cores metálicas, os vidros verdes, as elegantes rodas de liga leve. Por dentro, ele é um pequeno exemplo de como o resto do mundo deveria ser: silencioso, seguro, aconchegante.

Começando pelo carpete alto do assoalho, subindo pelos revestimentos luxuosos das portas e dos bancos, passando pelos cintos de 3 pontos com enrolador automático e chegando ao porta-luvas iluminado.

Mas a maior surpresa é na hora de dirigir. Enquanto o novo e econômico motor 1.6 responde com potência e agilidade ao menor toque,

a estabilidade surpreende mesmo nas curvas mais fechadas. Junte tudo isso e você terá um carro capaz de tornar o simples trajeto casa-escritório numa experiência emocionante.

Experimente o Voyage 84 a álcool ou a gasolina no seu Concessionário Volkswagen. Lá você encontra um plano de pagamento perfeito para o seu bolso.

Voyage 84. Você nunca dirigiu assim. Com tanto conforto, com tanto prazer.

## VOYAGE



## MARPAS S/A

MARPAS S/A  
Av. Tavares de Lira, 159  
Filial Alecrim — Av. Pres. Sarmento, 592  
Telefones: 222-0140/223-1931



Revendedores autorizados  
**VOLKSWAGEN**  
para o Rio Grande do Norte

## DISTRIBUIDORA SERIDÓ

Rua Nascimento de Castro, 1597  
Filial Alecrim — Rua Cel. Estevam, 1576  
Telefones: 223-4566/223-3228

# INDICE

## ESTADO

O desconhecimento do Programa de Emergência:	9
Ativação dos Polos Culturais da UFRN:	11
Projeto Micro-empresas:	13
O crescimento dos juros bancários:	16
O peso do ICM no comércio potiguar:	19
Enfermagem: a luta por uma melhor situação:	20
O desafio do Clube de Imprensa:	22
Muitas emendas na briga pelas diretas:	24
Mais greves na crise da Universidade:	26
A nova mulher, segundo o Código Civil:	28
Misses, uma imagem que não muda:	29
Um clima de serra no Rio Grande do Norte:	30
Mutuários ganham pontos na luta pela casa própria:	34
Gasoduto do Nordeste: um bom investimento:	36
Dentro da OAB, disputa pelas diretas:	37

## ARTIGOS

Raimundo Soares:	15
Garibaldi Filho:	18
Celso da Silveira:	34

## SEÇÕES

Homens & Empresas:	4
Cultura:	32

## HUMOR

Cláudio:	39
----------	----

## FOTOGRAFIA

Emerson Amaral

## CAPA

LAY OUT: Euryly Moraes da Nóbrega  
ARTE FINAL: Carlos José Soares



## A opção, a Igreja

Entre as muitas questões que a religiosidade contemporânea — e a própria Igreja Católica, por extensão — suscita, está o acompanhamento dos caminhos e descaminhos humanos, especialmente no nosso Nordeste terceiro-mundista, alinhavado que é por tradições determinantes e injustiças disseminadas. A Igreja Católica potiguar também sofre essas injunções, exacerbadas quando seus próprios representantes empunham bandeiras desfraldadas de suas tendências, seja no reduto de suas paróquias, seja fazendo uso de meios impressos de comunicação.

Esses comportamentos, progressistas ou conservadores, em sua essência, são particulares. Fica, porém, a questão: a Igreja potiguar, para que lado pende? Não há posicionamento oficial, no âmbito diocesano, sobre a polêmica.

**RN/ECONÔMICO**, penetrando nesse assunto esquecido dos homens, captou a opção da nossa Igreja — a causa dos mais pobres e oprimidos. Que é resultado da evolução mesma do catolicismo e da orientação do Papa João Paulo II. Uma opção que, no mínimo, faz refletir. A partir da página oito.

## RN/ECONÔMICO

REVISTA MENSAL • ANO XV • N.º 153 • MAIO/84 • CR\$ 1.500,00

### DIREÇÃO

DIRETOR/EDITOR: Marcelo Fernandes de Oliveira

DIRETORES: Núbia Silva Fernandes de Oliveira, Maurício Fernandes de Oliveira e Fernando Fernandes de Oliveira

### REDAÇÃO

DIRETOR DE REDAÇÃO: Josimey Costa

ARTE E PRODUÇÃO

CHEFE: Euryly Moraes da Nóbrega

PROGRAMAÇÃO VISUAL E DIAGRAMAÇÃO: Moacir de Oliveira

FOTOCOMPOSIÇÃO: Antônio José D. Barbalho

DEPARTAMENTO COMERCIAL

GERENTE COMERCIAL: Vanda Fernandes de Oliveira

GERENTE DE ASSINATURAS: Antônio Emídio da Silva

RN/ECONÔMICO — Revista mensal especializada em assuntos sócio/econômicos do Rio Grande do

Norte, é de propriedade de RN/ECONÔMICO EMPRESAS JORNALÍSTICA LTDA. — CGC n.º 08.286.320/0001-61 — Endereço: Rua São Tomé, 421 — Natal (RN) — Fone: 222-4722. É proibida a reprodução total ou parcial de matérias da revista, salvo quando seja citada a fonte. Preço do exemplar: Cr\$ 1.500,00. Preço da assinatura anual: Cr\$ 12.000,00. Preço do exemplar atrasado: Cr\$ 2.000,00. Consulta ao arquivo/memória: Cr\$ 10.000,00.

# HOMENS & EMPRESAS

## GENTIL NO CDL —

Antônio Gentil tomou posse com toda a diretoria, que foi reeleita, para mais um mandato à frente do CDL de Natal. A posse foi no último dia 26 de maio no SESC, com um coquetel oferecido aos convidados. Como novidade, o Conselho Consultivo do Clube fez a entrega da Comenda Jessé Pinto Freire às personalidades que prestaram serviços ao comércio e à economia de modo geral. A diretoria tem como Presidente Antônio Gentil de Souza, e como Vice, José de Anchieta Costa.

★★★★★

## SEMINÁRIO PARA EMPRESAS — O

CEAG-RN estará promovendo do dia 6 a 8 de junho, no Centro de Convenções de Natal, o I.º Seminário da Pequena e Média Empresa do RN. O evento contará, na sua abertura, com a presença do Governador José Agripino. No primeiro dia, haverá palestra sobre o novo estatuto da micro-empresa, feita pelo prof. Célio França, da Secretaria da Desburocratização. Consta, ainda do programa, palestra sobre Marketing, Comercialização, Crédito e uma exposição sobre a micro-empresa no RN, pelo Secretário da Indústria e Comércio, Jussier Santos. Em paralelo ao Seminário, haverá exposição do pequeno empresário e feira de informática.

★★★★★

**SISTEMA NO CENTRO** — A Sistema S/A,



Antônio Gentil

empresa especializada na prestação de serviços de computação, estará apoiando o I.º Seminário da Pequena e Média Empresa, no Centro de Convenções, com a feira de informática. A empresa colocará micro-computadores à mostra, e terá um terminal ligado à própria Sistema, para demonstração de como funcionam os seus serviços. Haverá abertura de uma agenda para os empresários interessados na compra do serviço, com posterior demonstração pela empresa.

★★★★★

## TEXITA COMPRA

**SPERB** — O Grupo Guilherme Giorgi que, em Natal, detém o controle acionário da Texita — Cia. Têxtil e da Tecelagem Texita, entra em negociações para a com-

pra da Sperb. Ao que tudo indica, a partir de 1.º de junho, o Grupo terá também o controle de mais uma indústria têxtil. Segundo informações, a administração das fábricas será centralizada em uma única unidade, e provavelmente não haverá mudança de razão social, como ocorreu na primeira venda da Sperb para um grupo de Jaraguá do Sul.



Paulo Vianna

## BARBOSA NO DIA-

**RIO** — O jornalista Manoel Barbosa assumiu a Editoria Geral do Diário de Natal. Esta é uma mudança muito importante na direção do jornal de maior circulação no Estado. Para ocupar o cargo, Barbosa deixou a Secretaria da Tribuna do Norte e a Editoria de **RN/ECONÔMICO**. Manoel Barbosa é um experiente jornalista com passagens pelo Diário de Pernambuco e em Natal pelos jornais — República, Tribuna do Norte, além de **RN/ECONÔMICO**.

★★★★★

## TV MANCHETE EM

**NATAL** — Desta vez parece que a Manchete vem mesmo para Natal. Segundo informações divulgadas em Natal, já houve um acordo assinado entre o Governo do Estado e a Diretoria da Rede Manchete em Recife. A imagem deverá entrar em Natal até o final do mês de julho. Só assim o telespectador natalense terá mais uma opção, além da Globo.

★★★★★

## PAULO BÁRRETO

**NA ABERSAL** — O empresário Paulo Barreto Viana, do Grupo Henrique Lage Salineira do Nordeste, deverá ser o próximo Presidente da Associação Brasileira de Extratores e Refinadores de Sal — Abersal. A eleição está garantida, pois Paulo Barreto é candidato de consenso e de chapa única. É a primeira vez que um empresário, representando o Rio Grande do Norte, chega a este cargo.

# HOMENS & EMPRESAS

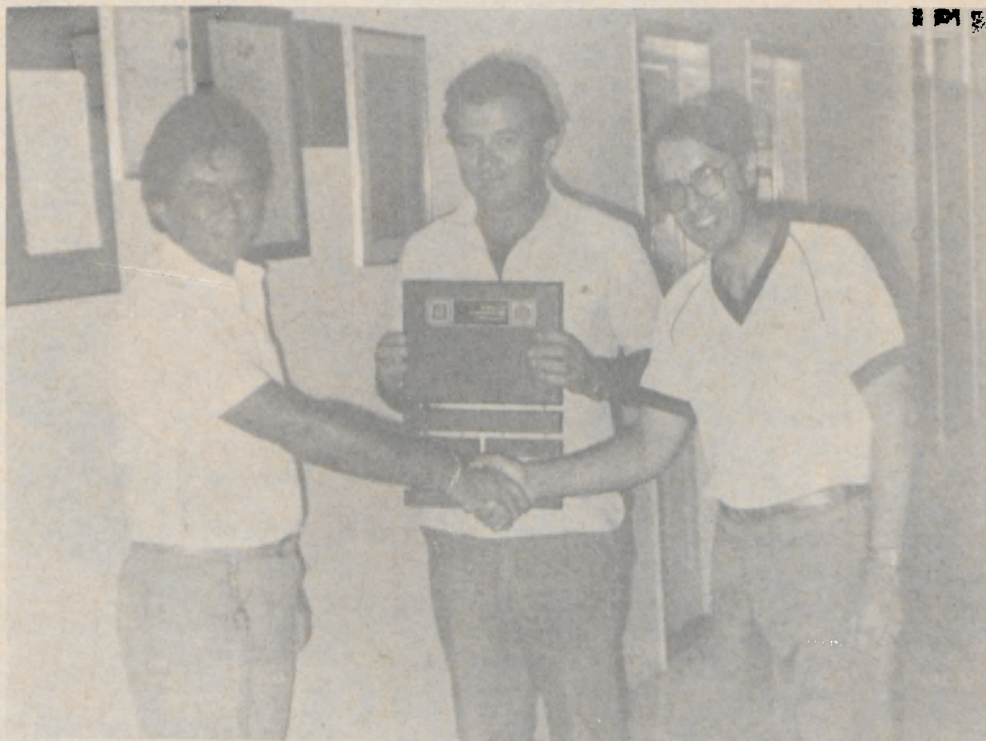
**ASSISTÊNCIA TÉCNICA SUPERIOR** — O Diretor da Natal Veículos, Tomaz Silveira Guimarães, esteve em São Paulo, no último dia 04 de maio, para receber uma placa de prata da General Motors do Brasil. A razão da homenagem: a assistência técnica superior prestada pelas oficinas da Natal Veículos aos automóveis Chevrolet. Somente dez concessionárias em todo o Brasil receberam esta láurea, que só pode ser alcançada após prolongada auditoria de técnicos da GMB comprovando o cumprimento, por parte das oficinas, de seis módulos de um manual que abrange instalações, recursos humanos, ferramental, etc. Em Natal, os usuários dos produtos Chevrolet podem contar com uma assistência mecânica de elevado padrão técnico.

★★★★★

**LOBRÁS AMPLIA** — A Lobrás está interessada em ampliar sua galeria — que já liga a Rua Princesa Isabel com a Avenida Rio Branco — abrindo mais uma frente na Rua João Pessoa. A ampliação poderá se dar através de duas lojas que estão fechadas: a Seta e a Casa Lux. Só que as negociações terão que ser feitas com a Guararapes, que comprou o prédio de três andares da Casa Lux, por 190 milhões de cruzeiros, no início do mês, à vista.

★★★★★

**SORGO NO NORDESTE** — O Banco do Nordeste do Brasil — BNB



**Tomaz Silveira Guimarães recebe placa.**

— continua desenvolvendo pesquisas sobre a substituição do milho pelo sorgo na alimentação animal da Região Nordeste. Uma conclusão da pesquisa: para que a substituição se efetue nos próximos dez anos, é preciso plantar dois milhões de hectares de sorgo, o que engloba cerca de dois por cento do Semi-Árido nordestino, e oitenta por cento das áreas atualmente destinadas ao milho. O motivo do interesse pelo sorgo reside na sua maior resistência à pluviosidades mínimas, maior produtividade em solos pouco férteis e custos mais baixos que o milho no tocante à produção de rações.

★★★★★

**NOVA LOJA DA JOSÉ LUCENA** — O cronograma de construção da nova loja da Comercial

José Lucena sofreu um atraso, e algumas modificações foram introduzidas no projeto original. Com isto, o atendimento aos clientes, na loja da Presidente Bandeira, só terá início no mês de junho, segundo informação de seu Diretor, Wellington Lucena. A



**Wellington Lucena**

loja destina-se a comercialização de ferro e aço para a construção civil, ramo que a Comercial José Lucena conhece há mais de 50 anos.

★★★★★

**DESENVOLVIMENTO RURAL** — Estão abertas, até quinze de junho, as inscrições para o XIV Curso de Planejamento e Execução de Programas Regionais de Desenvolvimento Rural Integrado. O Curso será ministrado de agosto a novembro, em Fortaleza, e está aberto a participação de técnicos de nível superior em Agronomia, Arquitetura, Economia, Engenharia e Sociologia, principalmente os que forem ligados a programas de planejamento agrícola ou desenvolvimento rural. As inscrições podem ser feitas no Banco do Nordeste.



TENDÊNCIA

## Entre o céu e o inferno, Igreja fica com a terra

Igreja progressista ou conservadora? Este parece ser um dilema que não preocupa, no momento, os padres norte-riograndenses, apesar da questão se revestir de um aspecto eminentemente polêmico, como se pode perceber numa conversa informal. De fato, de alguns anos para cá, mais precisamente desde o Concílio Vaticano Segundo — realizado no quadriênio 1962-1965 sob os pontificados de João XXIII e Paulo VI — a Igreja Católica Romana foi submetida a uma verdadeira revolução em seus conceitos tradicionais, sobretudo no que se relaciona aos problemas básicos do mundo moderno, em todos os seus aspectos sensíveis. Daí a denominação de «progressistas» atribuída àqueles padres que passaram a apresentar um comportamento mais comprometido com questões sócio-econômicas. E não faltam aqueles críticos,

de formação mais conservadora, que interpretem esses padres «progressistas» como indivíduos ligados a ideologias políticas radicais e incompatíveis com os reais objetivos da verdadeira Igreja.

Mas o que seria uma Igreja progressista? O que a caracterizaria como tal? Qual o seu papel com relação a uma região problemática como o Nordeste e, mais ainda, qual seria a sua conduta frente às dificuldades enfrentadas pelo povo, num Estado marcado por tantos problemas acumulados, como o Rio Grande do Norte?

**IGREJA PRIMITIVA** — Apesar de colocar-se contra a existência de uma divisão dentro da Igreja, entre alas progressistas e conservadoras, Padre Lucas Batista Neto, caicoense, 40 anos, diocesano e pároco da Igreja

Santa Teresinha, bem como Coordenador de Catequese, admite que a Igreja hoje executa um trabalho de evangelização que a aproxima muito das classes populares. Mas enfatiza que a existência de duas Igrejas é “criação do sistema capitalista”. E observa: “Essa divisão interessa a todo sistema político que não aceita a comunhão da Igreja com as classes populares, pobres e subdesenvolvidas”.

Para padre Lucas, muitas das críticas feitas atualmente ao trabalho de evangelização da Igreja, depois do Concílio Vaticano Segundo, são fruto de um desconhecimento da história da própria Igreja, declarando que o Vaticano Segundo reordenou a evangelização nos moldes dos primitivos cristãos, que se amavam mutuamente. “A Igreja hoje é mais primitiva”, diz. Acentua ainda que, em decorrên-

cia, se o comportamento da Igreja também mudou — aproximando-a dos pobres, da luta pela justiça social, etc, — essas atitudes são coerentes com o Evangelho e com a Igreja Primitiva, que é, segundo diz, a verdadeira Igreja de Cristo.

**REALIDADE DO MUNDO** — “Fui formado numa mentalidade espiritualista, mas faço um esforço de viver uma fé mais encarnada, mais comprometida com a realidade do mundo. É um processo demorado, mas estou convencido de que a fé bíblica é nessa linha”. Quem afirma isto é o Reitor do Seminário de São Pedro e Vigário da Paróquia da Catedral, Padre Hudson Brandão. Natural de Acari, 46 anos, Padre Hudson rebate as críticas feitas ao trabalho social da Igreja: “É claro que sempre existem pessoas que empostam sua fé de uma maneira espiritualista, e aqueles que procuram encarnar a fé dentro da realidade histórica”. Colocando-se nesta última parte, Padre Hudson destaca que a visão da fé e da salvação transmitida pelo Vaticano Segundo é profundamente comprometida com as angústias e esperanças do mundo, e “esta visão é a que prevalecerá nos próximos séculos”, salienta.

Padre Hudson faz questão de observar, porém, que a divisão da Igreja entre progressistas e conservadores, é apenas uma esquematização informal, já que, de fato, a Igreja é uma só, “apesar de alguns sacerdotes apresentarem divergências sobre questões específicas da vida prática”.

“Os tempos exigem que os padres participem dos problemas do homem como ser social. O crescimento da pessoa humana é harmônico, de libertação, e a Igreja tem de participar e de se adaptar aos novos tempos”. Este é o pensamento de Frei Ambrósio Alves, cearense, 44 anos, há três anos trabalhando no Convento de Santo Antônio. Apesar de tudo, Frei Ambrósio rebate qualquer idéia que sugira divisões dentro da Igreja, observando que, mesmo aqueles padres que pautam sua prática evangélica com ênfase nos problemas sociais, guardam ainda assim perfeita coerência com o pensamento doutrinário cristão. Pensamento este consagrado em Medelin, Puebla e outros encontros da Igreja latino-americana, e reforçado pela orientação da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).



### Dom Nivaldo só é contra cargos políticos

**CRÍTICAS** — Assoberbado com as dificuldades decorrentes de três anos consecutivos de seca e, mais recentemente, agravados com as fortes chuvas que trouxeram novos infortúnios para Macaíba, Padre José Amorim de Souza, natural de Macaíba, 65 anos, Vigário daquele Município e de Presidente Juscelino, confessa que a nova postura social da Igreja vem sendo torpedeada por severas críticas de mentalidades conservadoras, que procuram desmerecer sua obra social. Lembra que “algumas pessoas se doem porque a gente fala em fome, mas não procuram fazer nada para resolver esse problema”. No seu entender, um vigário não pode ficar indiferente às dificuldades de seus paroquianos, mas deve se voltar de corpo e alma para promover o bem-estar de todos aqueles que padecem dificuldades materiais.

Idêntica posição é defendida por Padre Hudson, para quem as críticas ora endereçadas contra os compromissos sociais da Igreja são fruto de uma mentalidade conservadora que não tem condição de se renovar. A esse respeito, lembra a sistemática campanha orquestrada pelo Padre Eymard Monteiro contra a chamada Igreja progressista, através de um órgão local de imprensa. Para Hudson, tais críticas são improcedentes. Lembrando que “Eymard é meu irmão no sacerdócio”, diz não concordar com as posições dele. Lembra porém que “a Igreja é dirigida pelo Espírito Santo e que a História mostrará quem tem razão”.

Outro que discorda das farpas lançadas pelo Padre Eymard contra a ala mais liberal da Igreja, é o Padre Pio

Hensgens, natural da Holanda, mas vivendo há 25 anos no Brasil e radicado em Natal, onde dirige a Paróquia de São João, em Lagoa Seca. Padre Pio observa que as críticas exacerbadas de Eymard na Imprensa, chegam a extrapolar os limites do bom senso com citações sem fontes precisas e sem apoio doutrinário. Mas Pio acha que é melhor que os padres respondam com o silêncio a essas imprecisas e desnecessárias e injustificáveis. Em último caso, porém, observa que é melhor que os próprios leigos se encarreguem de responder aos artigos do Padre Eymard, “pois esses artigos também dizem respeito aos leigos”.

À guisa de esclarecimento, é importante ressaltar que RN/ECONÔMICO procurou ouvir o Padre Eymard Monteiro, a fim de permitir que ele próprio colocasse seus pontos de vista. Eymard, porém, preferiu recusar-se a falar, alegando que o Arcebispo de Natal havia sugerido que os padres se mantivessem longe da Imprensa. Causa estranheza essa alegação, haja vista que o referido padre tem espaço cativo diariamente na segunda página de um jornal potiguar. Apesar disso, Eymard insistiu com sua mesma argumentação e não se dignou a esclarecer sua posição.

**POLÍTICA** — O trabalho de evangelização que os sacerdotes norriograndenses vêm realizando hoje, passam naturalmente pelos aspectos políticos. Essa contingência, porém, não parece preocupá-los. Padre Hudson assinala que, se a Igreja vive no meio do povo, ela necessariamente tem uma atitude política. Mas uma

vez que ela deve acolher em si todos os homens de boa vontade, sua política nunca deve ser partidária. Respeita porém aqueles padres que por vocação querem se dedicar à vida política, desde que tenham a devida licença dos seus bispos.

“Fazer política é a arte nobilíssima de fazer a caridade”. Com esta citação do Papa Pio XII, Padre Lucas manifesta sua opinião sobre o assunto. Complementa observando que, no que tange ao envolvimento partidário, nenhum padre é proibido, só cabendo restrições para cargos executivos, quando se faz necessário consentimento do superior hierárquico, que é o bispo. Em Natal, destaca que Dom Nivaldo é contrário à participação de padres em cargos políticos executivos, lembrando que o caso do deputado Padre Cortez é perfeitamente legal, vez que esse padre pertence à Diocese de Caicó, que não faz restrições àquele cargo. Exemplo similar é o de Monsenhor Walfredo Gurgel, que foi Governador do Estado.

A ação política desenvolvida pelo Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, é denominada de «ação da Igreja», por Frei Ambrósio. Para ele, Dom Hélder não se afasta, contudo, da orientação doutrinária cristã, pois a ênfase social de seu trabalho está coesa com os preceitos da CNBB.

De acordo com Padre Pio, o trabalho desenvolvido por Dom Hélder e tantos outros sacerdotes, impropriamente chamados de progressistas (tal distinção não existe, diz Pio), como Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Ivo Lorscheider, etc, está apoiado na Teologia da Libertação, que fundamenta as ações de toda a Igreja da América Latina. A novidade dessa doutrina, segundo Pio, é que ela parte no sentido de libertar o homem, elevando-o até Deus. Na Igreja tradicional, esse processo se dava no sentido inverso, diz o Vigário da Igreja de São João.

Mais enfático, Padre Lucas define a obra social do Arcebispo de Olinda e Recife como profética: “A Igreja precisa de profetas e, graças a Deus, a Igreja do Nordeste tem Dom Hélder, que nos ajudou a deixar bem vivo junto ao povo o apelo de Deus para este tempo”. Referindo-se à visita do Papa João Paulo II ao Brasil, afiança Hudson que ela veio solidificar um esforço de caminhada da Igreja do Brasil, que o episcopado, reunido na CNBB, vinha executando desde os



Pe. Pio faz críticas a Pe. Eymnard



Política é caridade, diz Pe. Lucas

### Mais primitiva, Igreja se aproxima dos pobres

anos sessenta com Dom Hélder e sobretudo com o cardeal Dom Aloísio Lorscheider.

**MOVIMENTOS JOVENS** — Os jovens estão voltando a frequentar as Igrejas. Esta constatação é confirmada pela maioria dos padres de Natal e do interior do Estado. A par disso, estão proliferando os chamados movimentos jovens, as pastorais da juventude, os conselhos eclesiais de base, que atuam nas próprias comunidades com efeitos positivos para além das expectativas de alguns vigários. Qual a explicação para esse fenômeno renovador do Catolicismo? O que atrai os jovens na Igreja?

Na opinião de Padre Hudson, a volta do jovem à Igreja, bem como o surgimento de novas vocações sacerdotais são fatos ocorrentes principalmente nas comunidades de bairros, que se explicam pelo trabalho de evangelização mais comprometido com os problemas das próprias comunidades. “A Igreja hoje fala numa



linguagem que é claramente entendida pelos jovens”, diz Hudson, “daí o seu interesse pelo nosso trabalho”.

“Sinto que há um desprestígio do jovem junto à sociedade, e como falta emprego, ele fica muito alienado, fruto de um sistema que procura esconder os problemas, as dificuldades do País, a maneira de exercer o poder. Nesses 20 anos, o jovem ficou despolitizado. Daí, vemos hoje uma juventude passiva, desorientada, que de repente percebeu que a Igreja é a única instituição capaz de o ajudar a se libertar”. A frase é de Padre Lucas, que define o jovem de hoje como um ser carente de verdades e que busca ser compreendido: “Por isso começaram a surgir movimentos jo-

vens tanto nas Igrejas quanto nos colégios, que recebem orientação evangélica para suas vidas, orientação esta que produz frutos positivos, que certamente serão úteis para a formação de uma geração mais consciente e liberta”.

Na Paróquia de Macaíba, Padre Amorim também se confessa satisfeito com os movimentos de jovens que estão ocorrendo à sua Igreja. Embora reconheça que esses grupos “oscilam muito, a presença deles já é grande coisa”, observa, “porque deixa claro que eles estão com sede de verdade”, conclui. □

NELSON PATRIOTA

## EMERGÊNCIA

# O descompasso do programa nos dois extremos da seca

A possibilidade de sérias convulsões sociais no interior do Estado, previstas para daqui a dois meses — quando as safras obtidas com as chuvas caídas neste inverno estiverem comercializadas e/ou consumidas pelo agricultor — é uma hipótese que não deve ser descartada. Com o bloqueio do crédito agrícola, autorizado pelo Banco Central por imposição do Fundo Monetário Internacional (FMI), a grande fonte para conter mobilizações dos famélicos do campo será a recorrência à Previdência Social.

Este quadro foi delineado pelo Diretor do Escritório da Sudene no Estado, Antônio de Pádua, ao apreciar as seqüelas da desativação do Programa de Emergência, pelo Ministério do Interior, em todo o Nordeste, e que, no Rio Grande do Norte, jogou 330 mil famílias com pais sem qualificação profissional no mercado de trabalho, e subtraiu 6 bilhões de cruzeiros da economia estadual. O que equivale duas vezes ao que o Estado acarreta de Imposto sobre Circulação de Mercadorias — ICM.

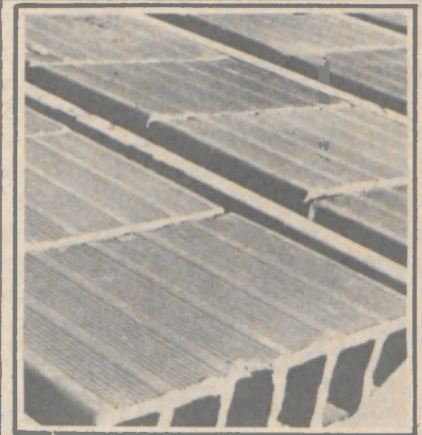
**SURPRESA DESAGRADÁVEL** — A desativação do Programa, a partir do dia 15, por ordem do Superintendente da Sudene, Walfrido Salmito (escudado nas palavras de técnicos da própria entidade, da Secretaria da Agricultura e Emater, de que o inver-

no estava consolidado, garantindo as safras), foi uma desagradável surpresa para o Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado — Fetarn, José Francisco da Silva. Ele participara, dia 30 de março, juntamente com representantes de diversos Sindicatos da Região Nordeste, da reunião do Conselho Deliberativo da Sudene, quando entregaram aos setes governadores presentes e ao próprio Superintendente um documento com quatro reivindicações básicas. Ali ficou acertado, também, que a Emergência só seria desativada após a visita de uma comissão de técnicos da Sudene com a participação dos Sindicatos Rurais, para que fosse verificado *in loco* que a safra estava assegurada.

**UMA PEÇA NOVA NO XADREZ** — Enquanto Pádua se mostra otimista com as expectativas de um recorde na produção agrícola em todo o Nordeste, e José Francisco da Silva demonstra seu desalento, receoso do que possa acontecer depois da desilusão que sofreu com relação aos contatos com a Sudene, o Secretário da Agricultura, Geraldo Gomes, soube que o Governo desativa o Programa, mas mantém o fluxo de dinheiro na região para garantir os trabalhos em andamento. Um dado que ainda não fora revelado por outras fontes.

Embora nem todos sejam unâni-

# UMA QUESTÃO DE SEGURANÇA



*Usar laje, seja de piso ou forro, hoje, é quase uma obrigação de quem constrói. A laje é uma questão de segurança, estética e beleza. E, se utilizadas nervuras e blocos, formando a conhecida Laje Volterrana, aí, o construtor terá mais economia de tempo e dinheiro, mais simplicidade na instalação, menos peso e uma qualidade sem igual. A Laje Volterrana, pela sua praticidade, tornou-se um produto nacionalmente conhecido. No Rio Grande do Norte é fabricada pela Saci-Material de Construção Ltda. Todo calculista criterioso determina Laje Volterrana para sua obra. Os investidores da construção civil também fazem isto. A Saci, detendo exclusividade no fabrico e comercialização do produto, ensina tudo sobre Lajes Volterrana. E ainda vende pré-moldados de cimento para pronta entrega.*



Pte. Bandeira, 828 Tels. 223-3626/ 3627/3628  
Av. Rio Branco, 304 — Ribeira — Natal-RN

mes em atirar pedras no Ministro do Interior, o presidenciável indireto Mário Andreazza — que autorizou a desativação não apenas da Emergência, mas, também, dos Projetos Garimpo, carros-pipas e das creches, desamparando 83 mil crianças — eles concordam em unísono no estrago criado pela ausência da ajuda e pelos obstáculos ao crédito agrícola.

Manipulando dados do IBGE e outros colhidos pelo próprio Escritório da Sudene, diz Antônio de Pádua: “A autorização para a desativação da Emergência foi para todo o Nordeste; Ceará e Paraíba não têm mais nenhum emergenciado. Aqui, graças à intervenção do Governador José Agripino, desativou-se o Programa em 83 municípios, no dia 15 de maio, atingindo 200 mil pessoas, que receberam o equivalente a Cr\$ 7 mil 650. E, no dia 30, é a vez dos restantes 67 municípios, com 130 mil trabalhadores. Agora, vejamos que a produção do Nordeste é recorde, nunca tinha havido antes. Haverá uma safra de feijão que alcançará 87 mil toneladas — a maior foi de 54 mil. De milho, teremos 81 mil toneladas; algodão arbóreo, 58 mil; do herbáceo, 72 mil; de arroz, 10 mil. Mesmo que haja uma quebra, a produção foi suficiente”.

Mas é aqui, no entanto, que ele se volta para um sério obstáculo: o crédito agrícola. “Com essa safra a ser colhida, dá para empregar. Resta saber se o proprietário rural terá condições de pagar. Não há crédito agrícola. As safras são de abril, normalmente cai um pouco; a previsão é feita no final de cada mês. Mas, não cairá tanto, pois não houve nenhum fator adverso. São produtos que dependem diretamente do inverno. Agora, os recursos da Sudene vinham do Ministério do Interior, destinados à calamidade pública. Esta acabou, o Minter cortou. Devemos atentar para o crédito agrícola. Todos os bancos oficiais trabalham com insuficiência, por ordem do Banco Central, que sofre, inclusive, pressão do FMI, que quer conter os meios de pagamento para baixar a inflação. O que acho mais grave: o crédito subsidiado tem, hoje, 35% de juros, o que irá até junho. A partir de 1.º de julho, haverá 85% de correção monetária e 3% de juro, o que vai dar mais de 100% ao ano. O agricultor não terá condições. Praticamente deixará de circular o dinheiro do crédito rural”.

#### **PATERNALISMO DO FINSOCIAL**



**José Francisco da Silva: desalento**

— “A grande fonte para conter convulsões sociais”, prossegue, “é o Finsocial. A grande fonte, agora, que manobra essa massa de recursos, é da Previdência Social, através da LBA e outros órgãos. Os Governos devem procurar repasses, pelas Secretarias do Trabalho. Esse problema não é da Sudene. Cada um deve assumir suas responsabilidades dentro de sua área. Acreditamos que possa haver convulsões sociais, como saques, mas por parte dos que vivem nas periferias das cidades do interior, que não têm nada para oferecer, como mão-de-obra. Não creio que venham em levadas para a capital, em julho. A não ser um pequeno percentual. O homem do campo, no máximo, migra para a cidade mais próxima”.

Geraldo Gomes mostra-se cauteloso, não prevê possíveis saques, que estão nas contas de Pádua e José



**Pádua teme convulsões sociais**

Francisco. Ele aposta no governador, que, no correr do mês, procurou os Ministérios do Interior, da Agricultura e o Banco Central, esforçando-se para a liberação do crédito. Geraldo participou, na segunda semana de maio, em Fortaleza, de um encontro de secretários da Agricultura da região, com o secretário geral para Assuntos do Nordeste, do Ministério da Agricultura, José Inácio. “Do encontro, tiramos um documento, que será levado ao Ministro da Agricultura. Um dos assuntos foi pedir crédito ou manter uma parte desses recursos para obras de infra-estrutura. O Governo diz que vai desativar, mas que manterá o fluxo de dinheiro. Não seria mais sob a rubrica «Emergência», mas para garantir os trabalhos em andamento. Há muito pouco dinheiro pelas linhas de crédito. Todos os governadores estarão reunidos no Conselho Deliberativo da Sudene, para tratar do caso”

#### **DEPOIS DO FEIJÃO VERDE, VEREMOS**

— Descrente de uma saída a curto prazo, José Francisco da Silva afirma que não há produção que garanta a sobrevivência do trabalhador rural, porque não há ganhos. À frente de uma entidade que congrega 106 Sindicatos, com 280 mil associados, ele acredita que os saques não virão “enquanto o trabalhador for se aguentando com o feijão verde que ele tem. Agora, uma área que nos preocupa é a de São Rafael e Jucurutu, pois toda a produção foi coberta pelas águas do açude. Tivemos uma reunião em Jucurutu e estamos para



### Há chuva; falta semente

ir ao governador e ao secretário da Agricultura. Das quatro reivindicações que apresentamos aos governadores, na Sudene, e ao sr. Salmito, nenhuma delas foi atendida até agora”.

E não mede esforços para alinhá-las. “A primeira era para que não houvesse a desativação da Emergência, antes da concretização da produção em todos os municípios, o que a Sudene deveria ver *in loco*. A segunda, para que os trabalhadores fossem liberados sem prejuízos de seus salários, para que pudessem trabalhar em suas lavouras e que fosse pago até o mês de junho, quando estaria decidido o inverno. Em terceiro lugar, que fossem doadas sementes, pois a Secretaria da Saúde as entregou em pequenas quantidades e fora do tempo. E, finalmente, que fossem liberados créditos para o pequeno proprietário”

“Quanto ao crédito, não é respon-

sabilidade dele (Salmito), mas ficou acertado que iríamos ao Banco Central, com os governadores e as Confederações Nacionais de Trabalhadores e da Agricultura, patronal, e até agora isto não houve. As Federações se reuniram entre 9 e 10 de maio, em João Pessoa, e tiramos um documento de protesto. Pedimos uma audiência com o superintendente, mas eles disseram que nem Salmito estava nem seu substituto. Isto quer dizer que a Sudene estava fechada. O que a Fetarn pode fazer é manter contatos com as autoridades competentes. Se tivéssemos eleições diretas, a Fetarn orientaria os trabalhadores para que não votassem naqueles que não os consideram como seres humanos. Vamos mostrar, contudo, aos trabalhadores, quais foram os deputados que votaram contra a Emenda Dante de Oliveira, para que não dêem seus votos a eles nas próximas eleições”, concluiu José Francisco. □

## UNIVERSIDADE — I

# Poios culturais: mais uma vítima da pobreza da UFRN

Criado em 6 de maio de 1982, por meio de decreto promulgado pelo então Reitor Diógenes da Cunha Lima, o chamado «Projeto de Implantação

de Pólos Culturais em Comunidades Carentes» padece hoje de um mal bastante comum em se tratando de iniciativas da Universidade Federal

do Rio Grande do Norte: a interrupção, a descontinuidade. Depois de um ano de funcionamento (abril de 1983/abril de 1984), o Projeto encontra-se em situação de virtual paralisação após consumido o financiamento inicial da Fundação Ford (por sua representação no Rio de Janeiro), que lhe destinou 24 mil dólares.

O Projeto constou de instalação de oficinas de teatro e artes plásticas nos bairros da Cidade da Esperança e Areal (Rocas), envolvendo a participação de professores universitários, monitores recrutados também junto à UFRN e crianças e adolescentes na faixa etária entre 07 e 17 anos. Além do teatro e das artes plásticas, o Projeto levou à clientela definida informações sobre música, beneficiando a «Camerata Jovem» já existente na Cidade da Esperança, que recebeu apoio técnico e informações destinadas a aperfeiçoar a formação anteriormente consolidada.

Mas, esgotada a dotação inicial da Fundação Ford, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte não pôde — como estava previsto no acerto inicial com a Fundação — assumir, durante dois anos, os encargos financeiros. É o que confirma o Pró-Reitor para Assuntos de Extensão Universitária, Geraldo Queiroz dos Santos, responsável pela supervisão do Projeto e pelo repasse da verba: “A Universidade tem tido dificuldades até para a manutenção dos serviços considerados prioritários e, infelizmente, não tem condições de assumir a manutenção de projetos específicos como este”.

Descartada esta hipótese, a Pró-Reitoria de Extensão cuida de elaborar um relatório no qual será historiado todo o trabalho desenvolvido nas



Geraldo Queiroz; não há verbas

duas comunidades, e que será enviado à Fundação Ford, com um pedido de mais verbas que garantiriam a continuidade dos «Pólos Culturais». Essa é, no entender de Geraldo Queiroz, a única maneira de evitar a sua interrupção: “Nós temos conseguido financiamentos para outros projetos específicos junto a entidades privadas. E, caso falhem as gestões junto à Fundação Ford, nós tentaremos o apoio desses canais”. Na área oficial, apenas uma esperança: a de que a Secretaria de Cultura do MEC, através da FUNARTE, encampe o Projeto.

**PROFISSIONALIZAÇÃO** — As sondagens na área do MEC, por enquanto, resultaram em algo diverso do pretendido pelos dirigentes acadêmicos: tudo o que se conseguiu até agora se resume em formulários sobre outros programas semelhantes a serem implementados pelo órgão. Uma informação confirmada por Zélia Mariz, diretora do Núcleo de Arte e Cultura (vinculado à Pró-Reitoria para Assuntos de Extensão, e a quem coube a tarefa de lidar diretamente com os «Pólos Culturais»), que, apesar disso, ainda nutre esperanças de ver o MEC pagando o Projeto: “Nós trouxemos formulários e informações sobre novos programas, mas tentaremos fazer com que eles venham a absorver os Pólos Culturais já instalados”.

Ela também vê a crise financeira que assola a UFRN como razão única da paralisação do Projeto, mas aposta na possibilidade de levar a Fundação Ford a se interessar, uma vez mais, pelo Projeto. Seus argumentos: o relatório em elaboração e o documentário produzido ao longo do trabalho na Cidade da Esperança e no Areal. Sua esperança: “Nós esperamos que a Fundação Ford assuma pelo menos uma parte dos gastos com a manutenção do Projeto. Como a parte mais cara já foi superada, isto é, como o material permanente, que é o de preço mais elevado, já existe, os gastos agora seriam com materiais consumidos pelos alunos durante as aulas”.

De uma maneira geral, ela considera que os Pólos Culturais alcançaram os objetivos meramente extensionistas arrolados por Geraldo Queiroz, indo até mais longe e dotando os participantes de um mínimo de informação artística que pode ser base de uma futura opção profissional. E anota problemas do Projeto: “Nós tive-



mos algumas falhas, por exemplo, no setor de divulgação, que resultaram no completo desconhecimento do Projeto. Temos também que ver a questão de levar a produção dos meninos para outros circuitos fora da sua comunidade. Mas ainda é cedo para isso; somente um ano é muito pouco tempo para o trabalho de lapidação artística”.

Zélia Mariz entende que as próprias peculiaridades sociais das comunidades trabalhadas também contribuíram para atrasar o desenvolvimento pleno dos Pólos: “Veja que são 250 crianças trabalhadas nas duas comunidades, que são problemáticas justamente por conta da questão social. E isso se reflete no trabalho dos coordenadores e monitores. Então, tudo o que se consegue é válido. O projeto funcionou a sangue, suor e lágrimas, atrapalhado também pela estrutura burocrática da Universidade, que atrasou compra de mate-

riais e equipamentos, mas eu acredito que valeu tanto esforço”.

**EM DÉBITO** — Participaram do trabalho de coordenação e monitoramento dos Pólos Culturais sete professores e vinte e dois estudantes das três áreas, todos recrutados nos quadros discente e docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Os professores receberam uma complementação financeira pelo desempenho da tarefa de coordenação, cabendo aos monitores uma «bolsa» fixada entre Cr\$ 15.000,00 e Cr\$ 20.000,00, por uma jornada de duas ou três aulas semanais. Na Cidade da Esperança, o Pólo Cultural foi instalado no Centro Social Urbano; no Areal, funcionou no Centro Comunitário do bairro, ambos cedidos pela Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social — STBS.

E certamente são esses professores e monitores os mais aptos a analisar sob que condições os Pólos Culturais estiveram funcionando nestes doze meses de duração do Projeto. Um juízo válido também se trata de termometrar na prática o que os arquitetos do programa de extensão universitária esboçam nos seus tratados academicistas. E já na apreciação dos objetivos que supostamente orientaram o Projeto, percebe-se que há uma separação radical entre as duas visões. Algo assim como duas faces para a mesma moeda, como revela Sérgio Viana, coordenador, ao lado do professor Carlos Furtado, da oficina de teatro instalada na Cidade da Esperança: “A meu ver, o objetivo do Projeto não seria propriamente o de formar profissionais de teatro,



Nas oficinas, a arte está parada

mas de levar cada um desses jovens a agir de forma criativa na comunidade. Isso depois das informações e das práticas realizadas durante o funcionamento do Projeto”.

No caso da oficina de teatro tais informações e práticas seguiram os moldes do «teatro do oprimido», desenvolvido sistematicamente desde a década de 60 por Augusto Boal: sensibilidade, liberação de movimentos, relação com o próprio corpo e — última etapa — elaboração de jogos dramáticos, concebidos espontaneamente pelos subgrupos formados, de acordo com a sua leitura da realidade imediata. Para Sérgio, esta última etapa foi a mais interessante porque ofereceu um indicativo da real importância do Projeto para a comunidade, proporcionando aos seus membros um instrumento mais eficiente de captação do próprio ambiente. O que transcende o objetivo inicial e redimensiona os Pólos Culturais: “Eles chegaram a elaborar, rapidamente, jogos dramáticos de acidentes, assaltos, hospitais e outras situações de morte, o que é uma coisa muito próxima. É uma forma intuitiva e meio ingênua de desabafo, contestação e compromisso de mudança desse meio. Eles não têm os vícios dos artistas de Natal porque o Projeto perdeu-se nessa intenção de profissionalizar. É um trabalho muito mais de arte como educação, como consciência; um trabalho que não mais é feito nas escolas, justamente onde deveria começar já no jardim de infância”.

Com tão brilhante arrazoado, Sérgio Viana sente-se obrigado a continuar defendendo as expectativas dos meninos: “Quando nós encerramos o trabalho, muitos deles perguntaram quando ia começar de novo. Mas infelizmente a determinante dessa continuidade é o dinheiro, e ninguém sabe se a Universidade vai conseguir o patrocínio da Fundação Ford ou de outra instituição privada. Colocam a arte à mercê do dinheiro...”

Escapando um pouco ao imperativo das emoções e retomando o lado prático da curta existência dos Pólos Culturais, Sérgio disse que houve “dificuldades materiais apenas no início”. Leia-se: até a liberação da primeira parcela das verbas da Ford. Instalado o «material permanente» tudo se tornou mais simples. Sem dificuldades de adaptação das duas partes, reciprocamente: “O nosso trabalho era muito mais de observação, numa tentativa de não interferir sobre a espontaneidade dos meninos.

Eles foram muito simpáticos conosco e não gostaram do encerramento do Projeto”.

Sabendo das gestões empreendidas — o namoro com a Fundação Ford ou outra mina de ouro semelhante —, Sérgio torce para que a Universidade Federal do Rio Grande do Norte seja bem sucedida. E trabalha praticamente sozinho na produção do documentário com que a Fun-

dação Ford será **presenteada**: “O documentário foi roteirizado e supervisionado por mim, apesar de realizado pela TV-Universitária. Há imagens das oficinas, depoimentos dos coordenadores, monitores, diretora do NAC, Pró-Reitor de Extensão. Ele vai ser mandado junto com o relatório e pode ser uma forma de convencer a Fundação a continuar financiando o Projeto”. □

## PROJETO

# Micro-empresas: o grande passo da economia no RN

A salvação da pátria. É como vem sendo encarado, pelo empresariado em geral, o projeto encaminhado pelo Presidente João Figueiredo, dia 7, ao Congresso Nacional, criando o Estatuto da Micro-empresa no País. A euforia chega a tal ponto que, para alguns setores, sua repercussão deverá ser muito mais ampla do que a abertura política e o juramento de fazer deste País uma democracia. Apesar de posar como o «pai da criança», Figueiredo, ao remeter o projeto, apenas atualizou um antigo anseio dos que dirigem as cerca de 1,5 milhão de pequenas e médias firmas comerciais e industriais no País. Com sua aprovação e sanção, o Estatuto da Micro-empresa, aos olhos de uma parcela do empresariado potiguar, propiciará um positivo reaquecimento da economia, uma vez que fortalecerá a iniciativa privada, alicerce basilar das sociedades capitalistas.

Elaborado na gestão do ex-Ministro da Desburocratização, Hélio Beltrão, o projeto retira encargos que penalizavam os pequenos e médios empresários, isentando-os da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) e Imposto Sobre Serviços (ISS), além de dispensar-lhes toda a parafernália burocrática, permitindo-lhes não terem contabilidade ou obrigatoriedade de serem registrados na Junta Comercial.

**ESTADO NÃO PERDE** — O projeto, que acena com a geração de ocupação permanente para os 12 milhões de brasileiros subempregados, define como micro-empresas as que faturem até 10 mil ORTN's no ano, o que equivale, hoje, a Cr\$ 111,4 milhões. Com a sua instituição, garantem seus analistas, deverá desaparecer a chamada «economia invisível», trazendo uma poderosa injeção de moeda no



A saída para pequenos empresários

mercado e, em consequência, mais expressiva circulação da riqueza. Com relação ao Estado, diga-se de passagem, não há um grande número de empresas que alcancem aquele faturamento anual.

Na verdade, é de se perguntar se tal comportamento, por parte do Estado (ICM) e do Município (ISS), não traria um déficit para seus orçamentos. O presidente da Federação de Diretores Lojistas, Zildamir Soares de Maria, afirma que não: "Para o Estado, em termos de receita, essas empresas pouco representam. Das 20 mil empresas cadastradas, mil delas respondem pela receita do Estado", revela. "Elas correspondem, hoje, a apenas 5% da arrecadação tributária do Estado", complementa.

Com efeito, essa postura é partilhada pelo secretário da Fazenda, Haroldo Bezerra, que se mostra muito otimista e partidário ferrenho do projeto. Ressaltando que ficará ao Estado e ao Município o encargo de legislar sobre o que consideram micro-empresas, para fins de isenção do ICM e ISS, Bezerra mostra os benefícios que essas empresas terão. Baixando para 19 mil o número de empresas cadastradas, ele salienta: "Vamos estabelecer critérios para que não haja perda superior a 5% na sua arrecadação. Acreditamos que cerca de 8 mil serão beneficiadas. Ficará ao Estado a definição do que é uma micro-empresa, em função de sua receita anual. As micro são quase sempre empresas domésticas. A Fazenda é que vai inscrever para que o artesão e fábricas de pequeno porte possam ter nota fiscal sem arrecadar e, com isto, poder comercializar sua mercadoria com empresas maiores daqui e do Sul do País".

Bezerra salientou que o Governo do Estado já havia assinado, há pouco, decreto em que eliminava, para os pequenos comerciantes, a obrigatoriedade de registro na Junta Comercial e de livros fiscais, ficando o ICM arrecadado no atacadista. "Nós tínhamos isto desde dezembro", disse. "O pequeno comerciante só teria que pagar 1.7% de ICM, cuja obrigatoriedade de recolher ficaria para o atacadista. Agora, com o Estatuto, os pequenos deixarão de pagar esses 1.7%. O Estatuto irá proporcionar muito para o Estado, pois, com a desburocratização, abre espaço para qualquer indivíduo que tenha vocação para o comércio. Se por um lado a receita do Estado venha a se ressentir, por outro ele terá lucro, pelo nú-



**Haroldo Bezerra, partidário ferrenho**

mero de empresas que surgirão, oferecendo emprego e maior circulação de dinheiro pelo aumento do consumo".

**EMPRESAS «FANTASMAS»** — Haroldo Bezerra descarta a possibilidade de surgimento de «empresas fantasmas», pois será de interesse dos micro-empresários se inscreverem na Fazenda para, dispondo de nota fiscal, aumentarem suas vendas. "Não deverá ocorrer sonegação pois, se a empresa atingir o que quer o projeto, não precisará pagar imposto".

Opinião também defendida por Zildamir Soares, que vê o fim da «economia invisível». "Na realidade, o Estatuto vem trazer para a pequena e média empresas um grande alívio, diminuindo o excesso de burocracia. Inclusive, o que elas representam para o Estado é insignificante. São as empresas familiares, um milhão em todo o País. De qualquer modo, o reflexo vai ser superior à abertura política. Veja-se que as empresas clandestinas vão aflorar, regularizando sua situação, e irão produzir muito mais, gerando empregos. Sabe-se que quem é sócio de uma micro não pode ser sócio de uma outra empresa de porte maior. Isto vai mostrar o valor da livre iniciativa, que é a alavanca que empurra a economia de qualquer sociedade capitalista. Acredito que até o final do ano esteja aprovado e sancionado".

**PRIORIDADE NACIONAL** — Sacando de dados da Fundação Getúlio Vargas, que revelam ser o pobre mais taxado do que o rico, o presidente do Clube de Diretores Lojistas, Antônio Gentil, empossado recentemente para sua segunda gestão, vê o projeto como "da maior importância". "O

Governo tinha que arranjar mecanismos para diferenciar o tratamento que dá ao pobre e ao rico. Sem esse mecanismo fatalmente as pequenas empresas não sobreviverão. Cerca de 10 milhões de pessoas trabalham no Brasil para essas empresas. Trata-se de um projeto antigo, era uma das bandeiras do ex-Ministro Hélio Beltrão. Sabemos que se a pequena empresa não suporta a carga tributária, a grande vem e a engole. A Confederação Nacional de Diretores Lojistas está fazendo um trabalho junto às Federações, em cada Estado, a fim de constituir um lobby para pressionar o Congresso durante a votação".

Para o vereador Leôncio Queiroz (PDS) — que também é contabilista — nesta fase de crise econômica que o País atravessa, a iniciativa privada deve ser a «prioridade nacional». Ele calcula em 2 milhões o número de empresas ilegalmente constituídas, e a seu ver "os Governos Federal, Estaduais e Municipais devem olhar com positividade para essas empresas". "Este microorganismo econômico provoca elevado giro de capital no seu todo, oferecendo milhares de ocupações/empregos. E os bons olhos devem partir primeiramente pelos prefeitos das capitais e, em seguida, pelos do interior, pois muitas vezes o pequeno empresário se inibe de um empreendimento na área privada por temerosidade da tributação e burocracia elevadas. A isenção de taxas e impostos para as micro-empresas, como também a eliminação de alguns documentos desnecessários, será uma larga porta aberta àqueles que querem produzir por conta própria em pequeno porte". □

**PAULO AUGUSTO**

# Função social da empresa

RAIMUNDO SOARES DE SOUZA

Ocorreu notável evolução no conceito de empresa, a partir da figura do comerciante outrora submetido a leis e interesses puramente privados. E como não poderia deixar de acontecer, essa evolução se traduziu no campo do direito de forma significativa, a tal ponto que hoje já não se discute a autonomia de um novo ramo da ciência jurídica — o Direito Econômico.

De um modo geral, dois aspectos importantes do fato — os institutos da falência e do crédito —, em sua realidade atual, não têm aplicação ao passado, porque são manifestações modernas do princípio de responsabilidade patrimonial. Antes, a pessoa do inadimplente respondia por suas dívidas, podendo os credores dissecá-lo vivo, segundo depõe Ihering, num espetáculo de extrema crueldade reproduzido por Shakespeare no «Mercador de Veneza».

Assim a falência não se baseava no fim de proteger o crédito público. Mas o Direito Romano já mostrava os contornos que o instituto haveria de atingir, ao prever que o devedor insolvente perdia os direitos de cidadão.

Não se pode fugir à evidência de que o fato jurídico acompanha o fato econômico. Alguns autores afirmam que o Direito é economia pura, ou que se tem o mesmo direito quando se tem a mesma estrutura econômica. Segundo Marx, o direito é verbalização das relações econômicas e Rippert acrescentava que o jurista é um servidor da economia.

A noção moderna de empresa, referindo-se às sociedades por ações, Harbrecht formulou muito bem ao integrá-las como instituição em uma unidade orgânica (a economia nacional) e não parcelas constitutivas de uma coleção de entidades.

É a tese de que o comerciante exerce hoje uma atividade de denso conteúdo social, não se limitando a coletar lucros, em que eventualmente, como fim exclusivo, perturbaria a higidez do sistema. A sociedade mercantil deixou de ser um mero instrumento de negócio privado. É conhecida a afirmação de que o comerciante se converteu no administrador dos interesses dos credores. Também já se disse que os administradores de empresas têm uma simples posição fiduciária em relação aos acionistas, definida até como trustee no que concerne aos interesses dos empregados e consumidores. A importância do papel atual do administrador de sociedade por ações pode ser aferida também na observação de autores de nomeada, que os classificam como servidores quase públicos (Ponferrada) ou uma espécie de Magistratura Social (Vidari).

No Brasil, as transformações por que passou o fenômeno do crédito, que está na base dessa consciên-

cia de sua função social, seguiram simplesmente a tradição que vinha do direito português aplicado entre nós no período colonial e até 1850. Um alvará de 12 de março de 1760 aludia ao objetivo de consolidar o crédito público e outro, de 13 de novembro de 1756, ratificava e inovava medidas de proteção do «crédito público das praças deste Reino».

Deste modo, o legislador português já adotava o conceito de crédito público do comércio como insito ao processo econômico traduzido nas relações mercantis. E mais: havia toda uma estrutura organizada com essa finalidade, como um serviço chamado Junta que solicita o Bem Comum do Comércio, um juiz conservador do comércio e um fiscal de comércio. Todas essas entidades tinham por atribuição defender os interesses do Reino e dos credores.

Lembra Walter Álvares que, em 1815, ao escrever seu famoso «Tratado», Cayru deixou claro que os comerciantes não podem ser afastados da profissão liberal. Essa intenção está confirmada na doutrina moderna que considera as grandes empresas não mais um fenômeno privado, mas organismos públicos.

O fato jurídico não tem acompanhado entre nós o fato econômico, malgrado sua interdependência. A consequência é a incapacidade atual do direito brasileiro de se colocar ao nível de novas situações impostas pelo ritmo acelerado do desenvolvimento econômico. O Código Comercial é de 1850 e o instituto da falência ainda preserva disposições arcaicas que não atendem à função social da empresa. É ainda mais repressiva do que preventiva apesar da concordata, embora o comerciante haja conquistado o direito de pedir sua própria falência. Mas há outras condicionantes que merecem agasalho do legislador, como a situação da empresa levada à inadimplência, não por má administração, mas por conjuntura do mercado, hipótese em que são válidas as tentativas de apoio financeiro consignadas em lei, e não mais como um favor do Banco sujeito a injunções nem sempre limpas.

A mentalidade do empresário no Brasil evoluiu muito, a despeito dos descompassos que se registram em nosso ordenamento jurídico-institucional, em grande parte devidos à desordem da legislação inspirada no despreparo dos tecnocratas improvisados de legisladores, como Mr. Jourdain de escritor.

Os sinais de recuperação são promissores e não há dúvida de que caminhamos para a normalidade de um estado democrático permanente, em que todas essas questões terão sua solução adequada e à feição do momento histórico que vivemos.

# Juros não caem e bancos temem perda de clientes

Nem todos os empresários norte-riograndenses ligados ao setor bancário se mostram sensíveis aos argumentos do Governo Federal no sentido de que as altas taxas inflacionárias estão de fato em declínio. Nem partilham do seu entusiasmo. E se é verdade que os índices da inflação de março e abril apresentaram-se abaixo de dois dígitos, nem por isso as taxas praticadas pelos bancos, no tocante aos juros cobrados pelos seus diversos serviços, caminharam no mesmo sentido. Pelo contrário: em algumas áreas, as taxas de juros registraram uma sensível alta, sobretudo na Carteira do Crédito Pessoal.

Alcides Casimiro de Oliveira, subgerente do Banco Mercantil do Brasil, agência da Avenida Rio Branco, declara-se pessimista quanto à tendência de declínio das taxas de juros bancários a médio prazo. Para ele, as quedas recentes dos índices inflacionários não garantem que tal fenômeno seja permanente. Reconhece, porém, que os juros bancários estão em leve declínio nestes últimos dois meses, graças às pequenas quedas da inflação. Mas acredita que essas taxas tendem a se estabilizar ou mesmo subir nos próximos meses. Em sua opinião, todavia, as taxas de juros estão realmente altas, mas há pouco a se fazer para reverter essa tendência. A menos que o próprio Governo se decida a baixá-las.

Quanto à procura por empréstimos em sua agência, Alcides observa que tem diminuído, pois, diz, "os comerciantes, que formam parcela importante da clientela dos bancos, estão querendo é sair dos bancos", temerosos dos juros altos. Quanto ao índice de inadimplência, acentua Alcides, está grande, pois o comércio, e o público em geral, está apertado.

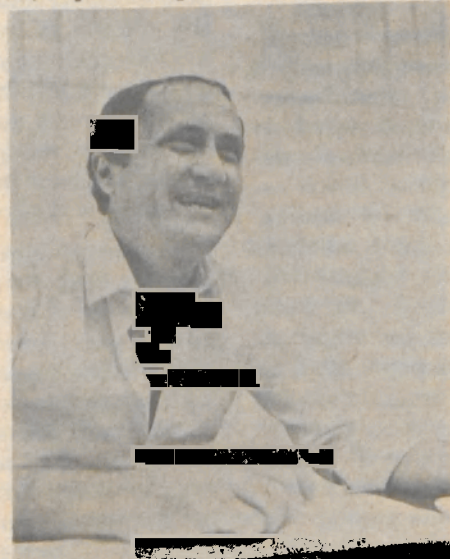
**ESTABILIDADE** — Para Domingos Sávio, gerente de Financiamento da Fininvest, está havendo muita expectativa em torno da queda das taxas de juros, mas poucos fatos. Admite que a inflação representa um agente decisivo nesse processo, e se ela diminui, é de se esperar que os juros também acompanhem essa ten-

dência, mas ainda é cedo para se retirar conclusões definitivas. Lembra, porém, que os juros praticados pelas letras de câmbio estão levemente reduzidos, e isso pode servir de indicador de uma tendência futura de queda dos juros. Em sua opinião, porém, é mais correto se falar de uma tendência para a estabilização dos ju-



**Poupança: ainda o grande trunfo do Governo**

ros. No setor destinado ao Crédito Pessoal, carteira das mais procuradas pela clientela da Fininvest, declara Domingos Sávio que os juros tendem a se fixar entre 13 e 15,5 por cento, haja vista que há cerca de 60 dias



**Casimiro: as taxas não caíram**

esses números não sofrem alteração. Mas observa que há três meses atrás o Crédito Pessoal cobrava juros um pouco menores, entre 12 e 14 por cento ao mês. Mas já o cartão de crédito Fininvest Especial, serviço destinado a uma clientela diferenciada e de maior poder aquisitivo, cobra juros um pouco menores: entre 9,7 e 11,5 por cento ao mês. Quanto ao financiamento para a compra de bens não-duráveis ou semiduráveis (convênio com lojas), os juros voltam a subir, situando-se no mesmo patamar cobrado pela Carteira de Crédito Pessoal.

Domingos Sávio assinala que, apesar dos juros praticados pelo Crédito

Pessoal estarem levemente mais altos, sua demanda continua crescendo, haja vista a elevação do custo de vida nos diversos segmentos da classe média de Natal. Mas tal fenômeno se expande também aos demais serviços fiduciários da Fininvest. Exemplificando, ele diz que o volume de recursos previstos para o mês de abril era, de início, da ordem de Cr\$ 240 milhões. Mas em virtude da demanda ter crescido acima do previsto, foi necessária uma complementação de mais Cr\$ 38 milhões, a fim de atender a procura. Já para este mês, a previsão é de Cr\$ 250 milhões. No que respeita ao índice de inadimplência, Domingos Sávio acredita, com base no comportamento verificado nos meses anteriores, que tende a crescer, "o que aumentará, certamente, o trabalho da Carteira de Cobrança" da financeira. Observa, porém, que isto é um fato normal no mercado financeiro numa época de crise.



**OTIMISMO** — Lembrando que a meta da política econômica governamental é trazer as taxas de juros para um patamar em torno de 7 por cento ao mês, Antônio Tibério, gerente-geral do Banco Itaú, se declara otimista quanto ao futuro. Mostra convicção ao afirmar que as taxas de juros estão baixando, em decorrência do comportamento dos índices inflacionários, também em declínio. Sua expectativa é de que essa tendência deverá se acentuar nos próximos meses, e declara que os juros cobrados pelo Itaú para financiamentos gerais estão em 11,79 por cento ao mês desde o dia 20 de abril passado, tendo sofrido uma baixa de 30 décimos, em comparação com a taxa anterior. Tibério só faz uma ressalva: para que as taxas realmente baixem é preciso que a inflação também decline nos próximos meses, fato que ele confia acontecer.

**POUPANÇA** — Gerente da agência da Caderneta de Poupança Bandern situada na Rua Princesa Isabel, Maria Carmency Resende mostra-se cautelosa a respeito da queda das taxas de juros. Prefere esperar para ver, observando que as constantes mudanças de rota na política eco-



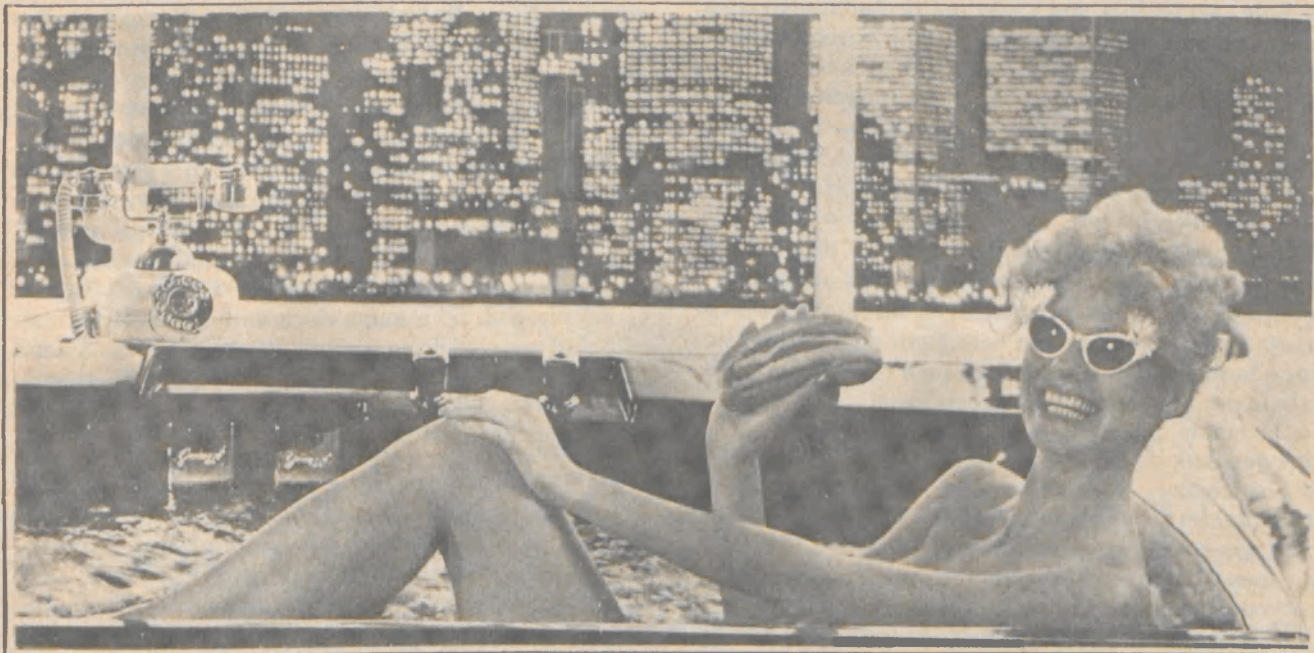
**Juros estabilizam?**

nômica governamental não permitem adiantar prognósticos definitivos sobre o assunto. Apesar de tudo, acredita que as variações dos juros bancários não afetarão o comportamento geral da poupança segundo ela o investimento mais seguro à disposição do público, vez que tem liquidez permanente e isenção de Imposto de Renda. Observa ainda que, mesmo que ocorra uma queda real da inflação, isso não afetará o sistema de poupança, porque esse sistema é fundamental para a política habitacional do Governo Federal sob quaisquer circunstâncias. □

## CODIF TEM

Um Departamento Especializado em: piscinas, equipamentos e acessórios, sistemas de iluminação e som subaquático,

produtos químicos p/tratamento d'água, banheiras com sistema de hidroterapia, bombas hidráulicas e sistema de pressão.



Com pessoal tecnicamente capacitado para orientar, dimensionar e construir sua piscina, obedecendo aos mais modernos padrões de qualidade e aos mais atualizados critérios técnicos para seu maior conforto e segurança.



Companhia  
Distribuidora de Ferragens

Rua Dr. Barata, 190/192 — Ribeira  
Fone: 222-3571 — Natal-RN

# Um modelo: dilema do RN

GARIBALDI FILHO

A discussão sobre o aumento do funcionalismo suscitou uma questão que não falava muito de perto das suas tabelas, apesar de expressar uma preocupação com os baixos índices do seu aumento face a realidade do custo de vida. É que enquanto a bancada da situação dizia que aquele era o aumento que o Governo poderia dar, a oposição sustentava, por outro lado, que se outro fosse o comportamento do Governo ele poderia dar mais, se não estivesse no antepenúltimo lugar em crescimento do ICM.

E a discussão, realmente, não poderia se esgotar só naquele momento. Teria que acrescentar algo mais. Teria que colocar no centro das discussões o professor Cortez Pereira, uma vez que, no seu Governo, ao contrário do que acontece hoje, o Rio Grande do Norte alcançara o primeiro lugar em arrecadação do ICM.

Na edição passada, RN/ECONÔMICO presta esta colaboração, quando traz artigo do professor Cortez Pereira analisando estes dois momentos da vida do Estado. Para ele, quanto ao que aconteceu em 73, os seus resultados refletiram uma linha reta ligando causas conscientemente eleitas a resultados racionalmente esperados.

Esperando um estudo isento e crítico sobre este fenômeno, o ex-governador não poupa os governantes de hoje, segundo a sua visão político-administrativa, estão fazendo o que Tomás de Araújo Pereira fazia no século passado: "As estradas (asfaltadas ou não), escolas (tradicionais ou com TV), comunicações (selecioneando cavalos ou usando microondas), iluminando (com lâmpões de rua ou Paulo Afonso), edificando hospitais (com velhos bisturis ou raio laser).

Cortez Pereira quer o Governo fazendo mais, participando, diretamente, do processo de criação de riquezas: 1) criando empregos; 2) institucionalizando o soerguimento sócio-econômico, criando uma classe média que faça do homem sem terra o seu proprietário, o industrial da sua produção e o exportador beneficiado por todo este valor agregado.

Já vimos que a discussão é complexa, se desejarmos ser fiéis ao espírito de isenção preconizado pelo ex-governador. Acharmos, porém, que a despeito da seca que devastou a nossa economia e do papel reservado aos nossos governadores, hoje, com o federalismo sucumbido como está, temos que ir mais adiante, nesta discussão.

É hora, pois, de questionarmos toda uma política que de 75 para cá foi gradualmente implementada no Rio Grande do Norte. Infelizmente! Pois os investimentos realizados pelo Governo do Estado no período de 1971 a 1975 visavam o homem e tinham como indiscutível pressuposto a expansão da nossa economia com a oferta de empregos na iniciativa privada. Como

muito bem esclarece o professor Cortez Pereira, ex-governador do Estado, a administração pública entendia que os investimentos prioritários seriam aqueles que gerassem empregos e viabilizassem setores econômicos de forma a libertá-los, lentamente, da tutela governamental. Poderíamos dizer que o modelo proposto e executado pelo governador Cortez Pereira foi um modelo fundado nas experiências de recuperação econômica dos Estados Unidos, após a recessão de 29, e de desenvolvimento econômico no sul da Itália a partir de 1946. Em outras palavras, a administração Cortez Pereira conferiu identidade local, compatibilizou e ajustou às nossas peculiaridades lições do «New Deal» de Roosevelt e as alternativas instrumentais de economistas como Joseph Schumpeter, John Kenneth Galbraith e Gunnar Myrdall. Pelo menos é esta a nossa percepção sobre a questão.

Enquanto isto, de 1975 para cá, o Rio Grande do Norte é vítima de um modelo inteiramente submisso à burocracia federal. O Governo do Estado renunciou à criatividade do período anterior. A iniciativa privada, que era incentivada com insumos financeiros e assistência técnica pelo Governo do Estado, passou a ser considerada como um mero contribuinte fiscal, isto é, uma fonte de pagamento do ICM. O modelo que ainda hoje é observado e aplicado pelo Governo do Estado é estático. Não é dinâmico nem criativo. É obsoleto. Poderíamos dizer que o Rio Grande do Norte regrediu. De um modelo desenvolvimentista saímos para um modelo concentrador, burocrático, autoritário e, de certa forma, estatizante. O maior exemplo dos efeitos desta desastrosa mudança ocorreu com a perda de fábricas e de mais de 18.000 empregos diretos para o Ceará na gestão passada. O fato é público e notório. Foi, inclusive, objeto de uma esclarecedora entrevista do empresário Nevaldo Rocha no «Diário de Natal». Como também teve outra clara demonstração no episódio de um consórcio do Estado com a multinacional VOEST-ALPINE, que seria como o «golpe de misericórdia» nos projetos de expansão do nosso setor mineral pelos grupos privados locais.

O Rio Grande do Norte enfrenta, dentro da crise que se abate sobre o Brasil, um terrível e cruel surto de desemprego. Ainda que reconheçamos a impotência atual do Governo do Estado para enfrentar, sozinho, a questão, não podemos deixar de apontar e de reconhecer que as alterações de rumos, a partir de 1975, debilitaram, sensivelmente, a economia estadual. Mesmo que tenhamos de considerar, também, as devastações causadas por cinco anos de seca.

Queremos, nestas considerações, ponderar da necessidade de um amplo debate estadual. Debate e discussão em torno de um modelo.



Nem as promoções impediram o fechamento da Casa Lux

## COMÉRCIO

# Empobrecimento e evasão: resultado do atual ICM

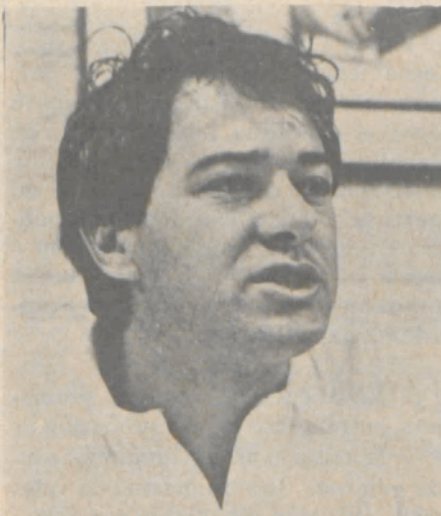
“Ordem para o Nordeste; progresso para o Sul”. Com esta afirmação, o empresário Paulo Vasconcelos de Paula resumiu a situação do comércio em Natal, que envereda por caminhos de onde só existem duas saídas: a reforma tributária urgente, com tratamento priorizado para um Nordeste em desvantagem, ou o empobrecimento real das empresas comerciais, o que está causando ondas crescentes de desemprego. Um fato já comprovado pela sua própria empresa — a Galvão Mesquita — que fechou duas filiais e cobiça atualmente o mercado mais propício de Recife.

Para Paulo de Paula, os empresários natalenses se encontram hoje em posição muito delicada. Não há mais condições de repassar os custos financeiros das empresas ao cliente — que já paga muito mais caro em relação ao consumidor do Sul do País. E também não há possibilidade de reduzir os custos quando o Rio Grande do Norte não produz as mercadorias. “Somos hoje obrigados a tomar decisões difíceis e, entre elas, a de diminuir o tamanho das empresas para não ir à falência. Isso significa dizer demitir pais de família”, desabafou.

**LUCRO BANCÁRIO** — A questão começa com o custo do capital — “muito caro por estar mal distribuí-

do”, colocou o empresário. No caso específico do Nordeste, os problemas se agravam. Em primeiro lugar, as empresas descapitalizadas, atuando em praças pequenas e pobres, recorrem ao financiamento bancário. “E acabamos todos trabalhando para os bancos e sedimentando um princípio do capitalismo: um grupo lucra, o outro perde”, complementou.

A desigualdade da situação do Nordeste em relação ao Sul pode ser sentida também no fato de que as agências bancárias nordestinas recolhem menores taxas de depósito compulsório para o Banco Central, mas os ju-



Paulo de Paula: só os bancos ganham

ros são os mesmos. E a aplicação do dinheiro resultante da diferença nem sempre se faz aqui.

“Nós precisamos depender menos de terceiros, sejam os bancos, sejam os fornecedores do Sul do País”, arrematou Paulo de Paula, acrescentando que é antes disso que o custo com pessoal a causa de muitas empresas estarem entrando no «vermelho».

**CAPITAL EMPATADO** — As transações comerciais potiguares enfrentam obstáculos de monta. De início, as empresas necessitam ter mais capital investido em estoque, dada a distância do fornecedor e a dificuldade de reposição decorrente disso. O prazo entre o recebimento da mercadoria e o pagamento da mesma é menor, também como consequência: as compras demoram cerca de quinze dias para chegar e as duplicatas são descontadas antes disso.

O preço do frete — pago à vista — representa 10 a 15 por cento do custo da mercadoria, e a praça do Estado é pequena. Aliado a tudo isso, e ocupando posição de destaque, está o Imposto sobre Circulação de Mercadoria — ICM — que acaba como arma apontada para a cabeça do empresário local.

“Cerca de 95 por cento do que vendo” — declarou Paulo de Paula — “vem de São Paulo. Lá, eu tenho crédito de ICM de apenas 9 por cento, enquanto pago aqui 17 por cento. Se as indústrias produzissem aqui a minha mercadoria, eu pagaria a mesma quantia de ICM tanto sobre o lucro como sobre o custo. Como resultado de tudo, o capital empatado é maior porque gira muito menos”.

**CUSTO X LUCRO** — Todas as despesas com encargos sociais e tributos — ICM, Finsocial, Imposto de Renda, entre tantas — aumentaram. A inflação chegou à casa dos 200 por cento ao ano, mas o crescimento de empresas comerciais de médio porte não acompanha essa corrida.

A Galvão Mesquita mantém o 13.º lugar em arrecadação de ICM no Estado, mas cresceu monetariamente apenas 100 por cento. O poder aquisitivo do consumidor, em franca decadência, não pode mais arcar com o ônus dessa situação. E Paulo de Paula sugere aos parlamentares: “Entrem com um projeto que estabeleça tabelas diferenciadas de preço para a venda de mercadorias do Sul para empresas do Nordeste. Do jeito como

está, ganhamos menos e pagamos mais, e a diferença fica lá. Ou isso, ou se muda a legislação tributária, porque não está mais valendo a pena comercializar no Nordeste”.

#### **DIMINUIR PARA SOBREVIVER**

— O quadro apresentado por Paulo de Paula está longe de ser dos melhores. No entanto, ele próprio demonstrou que existem saídas que fazem mais suportável a crise e colocam o comércio em situação mais equilibrada que a indústria. As saídas são as próprias medidas tomadas dentro da Galvão Mesquita:

“Fechamos duas lojas — a da Presidente Bandeira e a Casa Lux, na Cidade Alta. Demitimos alguns funcionários e concentramos os clientes em apenas cinco lojas rentáveis. Já que não é possível aumentar os lucros, estamos procurando conter as despesas”.

O próprio Paulo de Paula reconheceu ser preciso coragem e organização estrutural para assumir atitudes como essa. As medidas, porém, não param por aí: ao lado da contenção das despesas, a Galvão Mesquita tenta inovações como atendimento a domicílio em serviços de pintura, mecânica, marcenaria e eletricidade, além da remessa de catálogos com as mercadorias a venda, incluindo preço e posição no estoque discriminados por computador.

As medidas refletem a luta pela sobrevivência, e também foram toma-

das por outras empresas em Natal. Indicam, ainda, o alto preço que todos estão pagando pela crise, empregadores e, principalmente, empregados.

**SAIR PARA GANHAR** — “Não classifico como em colapso a situação do comércio de Natal. Mas todos estão ficando mais pobres. Agora estou concentrando os meus esforços aqui e, em termos organizacionais, estamos preparados para abrir lojas fora do Estado”.

O empresário justificou essa perspectiva com dados: comprando hoje, em Recife, a Galvão Mesquita só tem 12 por cento de crédito de ICM e, continuando a pagar 17 por cento, a perda é de cerca de Cr\$ 3 milhões por mês. Abrindo uma loja em Recife, a diferença desaparece.

Os fornecedores estão mais próximos em Recife e, embora nem todas as empresas locais possam fazer isso, a medida é sintomática. Por isso, Paulo de Paula insiste:

“Precisamos produzir aqui. O Governo poderia dar incentivos fiscais e, mesmo que não arrecadasse diretamente o ICM das indústrias, lucraria com a presença de mais consumidores na nossa praça — tanto os empregados como as próprias indústrias, que adquiririam de nossas empresas muito do seu material. Só assim o desemprego pode ser minimizado e consolidada a posição do nosso comércio”.

## **ENFERMAGEM**

# **Prossegue a batalha por melhores condições no RN**

“A enfermagem é tida ainda hoje, na sociedade, como uma função paramédica, o que leva o enfermeiro a ocupar um papel ambíguo de explorador e de explorado; de cúmplice da política oficial de saúde, que releva a comunidade a uma meta secundária”. Quem faz essas denúncias é a enfermeira Alzirene Nunes de Carvalho, presidenta da seção regional da Associação Brasileira de Enfermagem — ABEN, e coordenadora de enfermagem do INAMPS.

Analisando a situação atual da categoria, Alzirene declara que o enfermeiro hoje, no Rio Grande do Norte, vive uma de suas piores crises, vitimado pelo desemprego, o subempre-

go e a exploração das instituições governamentais e privadas, que primam por pagar salários irrisórios e fornecer condições insatisfatórias de trabalho, contribuindo decisivamente para agravar o quadro de crise do mercado. “Tudo bem dentro da política de busca do maior lucro com o menor custo possível, que caracteriza o nosso capitalismo”, observa a presidenta da ABEN-RN.

**ATENDENTE** — Mas os problemas enfrentados pelos profissionais de enfermagem não se limitam a causas externas. Dentro mesmo da categoria — atualmente dividida em quatro segmentos: enfermeiro (de nível

# **UMA QUESTÃO DE BOM SENSO**



*O slogan “pensou em construir, pensou na Saci”, já está tão difundido e acreditado no Rio Grande do Norte que são raras as pessoas que constroem ou reformam suas casas e não compram o material na Saci — Material de Construção Ltda., ou mesmo vão até a loja pedir informações sobre produtos e detalhes técnicos. É, primeiramente, uma questão de bom senso. A empresa já é uma tradição de mais de vinte anos, vendendo bons produtos ao norte-riograndense, comercializando as grandes marcas. Depois, são os bons preços e os convidativos planos de pagamento. Engenheiros, arquitetos, investidores do setor e até mesmo donas-de-casa “na hora de construir, pensam na Saci”. E, se você vai construir, pense também na Saci.*



Pte. Bandeira, 828 Tels.: 223-3626 / 3627 / 3628  
Av. Rio Branco, 304 — Ribeira — Natal-RN

superior), técnico (nível de 2.º grau), auxiliar (1.º grau) e o atendente (sem qualquer habilitação) — é justamente o atendente que é favorecido pela maioria dos empregos da categoria, em detrimento dos demais profissionais que, por terem habilitação, se fazem merecedores de uma melhor remuneração. De acordo com Alzirene Carvalho, essa discriminação feita aos legítimos profissionais de enfermagem em benefício do atendente (categoria hoje inexistente nos quadros do Conselho de Enfermagem), é praticada indistintamente pelos órgãos estatais e privados. Tal discriminação não se restringe a termos salariais, haja vista que muitos hospitais, dentre os quais destaca os da Secretaria de Saúde do Estado, não fornecem condições adequadas de vestiário, alimentação, repouso e instalações sanitárias, indispensáveis ao bom desempenho do profissional de enfermagem.

A presidenta da ABEN-RN vai mais longe: acentua que os enfermeiros lotados na Secretaria de Saúde do Estado não recebem nem mesmo o adicional de insalubridade a que fazem jus por lei. E quanto às instituições privadas, observa que estas não agem de modo diferente. Tem inclusive casos de profissionais que estão dando uma carga horária muito acima do normal, sem nenhuma compensação, além de se submeterem a péssimas condições de trabalho. Alzirene Carvalho só destaca uma exceção: a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública — SESP — que, além de oferecer condições adequadas de trabalho, paga os melhores salários da categoria em todo o País.

**SALÁRIOS** — A presidenta confessa que a questão salarial tem sido um tema dominante nos congressos e reuniões da categoria, em praticamente todos os Estados, haja vista que trata-se de um problema comum a todos os profissionais de saúde. Aqui no Estado, nota que os salários mais baixos são pagos pela Secretaria de Saúde, dentre os órgãos públicos. Mas há um nivelamento por baixo dos salários nos demais órgãos, inclusive os privados, que variam de um salário mínimo — Cr\$ 97 mil — até Cr\$ 670 mil, teto máximo, excetuando-se a Fundação SESP. Em vista dessa realidade, os enfermeiros estão num processo de mobilização com vistas à melhoria de seus salários, processo esse ligado a um elenco amplo de reivindicações que inclui tam-

bém melhores condições de trabalho.

Quanto ao acesso ao mercado de trabalho de enfermagem no Estado, Alzirene Carvalho distingue duas modalidades. Na primeira, o acesso mediante concurso, que é o caso dos ór-

gãos públicos e estatais. Na segunda modalidade, o clientelismo, que é dominante nas empresas privadas de saúde. Neste último caso, nota que a experiência e a capacidade do profissional ficam legadas a um segundo



**Bompreço.**  
**Uma presença constante**  
**na paisagem da cidade.**  
**A imagem familiar**  
**do conforto e da economia.**



**Alzirene: atendentes têm mais vez**

plano, vez que o interesse principal dos órgãos privados é reduzir custos com mão-de-obra, e o profissional só é admitido ali se aceita submeter-se à exploração do seu trabalho, aos baixos salários e às más condições de desempenho de suas tarefas.

Mas se, em tese, o acesso aos órgãos públicos só é possível mediante concurso, na prática isto não vem ocorrendo. Lembra Alzirene Carvalho que interesses alheios às normas legais também têm interferência nessas empresas. Como prova disso destaca que o último concurso realizado pela Secretaria de Saúde do Estado se deu no ano de 1982, justamente um ano eleitoral. De lá para cá, observa, nenhum outro concurso foi realizado por aquele órgão. Quanto ao concurso público para auxiliar de enfermagem promovido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, confessa desconhecer seu objetivo, pois que até hoje nenhum dos nomes aprovados foi convocado pela UFRN.

**DEMISSÕES** — Outro motivo de preocupação para a presidenta da ABEN-RN é a perspectiva de novas

demissões de profissionais de enfermagem em decorrência do aumento do salário mínimo. "Se antes já enfrentávamos esse problema", diz, "agora ele deve se agravar, principalmente nas empresas privadas". Confessa Alzirene Carvalho que tais problemas só poderão ser contornados na medida em que a categoria como um todo ganhar um nível maior de conscientização, de forma a reconduzir a enfermagem a ocupar o seu verdadeiro espaço na sociedade, que é o de promover, recuperar e manter a saúde da população. Para ela, porém, essa tarefa constitui-se num desafio que só agora começa a ser encarado de frente, através da mobilização da categoria, pois pelas características dos serviços de saúde ora praticados pelos órgãos públicos e privados do País, a enfermagem não vem servindo à comunidade. Sua manipulação por interesses estranhos a seus verdadeiros fins é visível e só a tomada de consciência dos seus profissionais poderá guiar o enfermeiro para o seu verdadeiro papel, que é hoje um desafio inadiável para a ABEN e demais órgãos de representação da categoria em todo o País. □

## IMPrensa

# Clube desafia sindicato para mobilizar categoria

Apesar da campanha para a eleição do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Norte ter acontecido há dez meses, ainda persiste o clima de desentendimento, acirrado agora

com a fundação do Clube de Imprensa que, a princípio, se propõe a ser uma entidade lútero-recreativa, mas que está sendo acusada de tentar esvaziar o trabalho que vem sendo feito

pelo Sindicato. Embora alguns membros do Clube afirmem que foi sentida a necessidade de se fazer algo pela valorização do profissional da área de comunicação, principalmente no que se refere à oferta de discussões e debates sobre os problemas da categoria, outros insistem que o Clube objetiva, tão somente, a promoção de atividades culturais e recreativas, como acontece com qualquer clube.

Idealizado há um ano, aproximadamente, o Clube de Imprensa é aberto aos jornalistas, radialistas, trabalhadores gráficos, trabalhadores de telecomunicações e estudantes da área de comunicação social, e essa é uma das justificativas usadas pelo pessoal do Clube de Imprensa, quando se deparam com a acusação de que estão tentando esvaziar o Sindicato dos Jornalistas. Segundo eles, o Clube é aberto, também, a jornalistas.

Alguns observadores acham que o Clube é formado, em sua maioria, pelos componentes da chapa «Arraia Miúda», que perdeu a última eleição do Sindicato para a chapa «União e Trabalho». A diretoria provisória está presidida pela jornalista Conceição Almeida; vice-presidência, Flaminio Oliveira; secretário, Roberto Guedes e tesoureiro, José Pegado. A eleição será definida após a elaboração do Estatuto, que está sendo feito pelo jornalista Luciano Herbert.

**PARALELISMO** — A «briga» dos jornalistas «deu na vista» quando o Clube fez sua primeira promoção: uma discussão sobre «O Papel e a Credibilidade da Imprensa no Rio Grande do Norte», que reuniu um elevado número de pessoas, mas que não contou com a presença de nenhum dos membros da diretoria do Sindicato, porque foi considerada uma atitude paralelista. O jornalista Walter Medeiros, membro da diretoria do Sindicato, afirma que no contato inicial do Clube com o Sindicato foi deixado claro que não havia nenhum propósito de paralelismo, mas a prática demonstrou o contrário.

Walter Medeiros acha que, se o Clube se propõe a uma abrangência tão grande, ainda há tempo de se começar a formar uma entidade de lazer. O que ele condena, frisa, é qualquer atividade com alguma conotação de paralelismo, que serve somente para enfraquecer a categoria. Embora ache válido os debates que estão promovendo, Walter diz que essa mobilização não é feita para dar apoio ao Sindicato e faz uma observação:



### Três entidades para o jornalista

“Infelizmente ainda existe alguma lembrança da campanha, e isso é mal para todos nós”

“O que existe de melhor para o trabalhador é uma entidade única, representante da categoria. Apesar do atrelamento do Sindicato ao Ministério do Trabalho, as condições de trabalho e de salários devem ser tratados exclusivamente pela entidade sindical. A preocupação de outras entidades que congregam a categoria deve ter outra finalidade”.

Walter Medeiros observa, também, que o trabalho assistencialista de Sindicatos acontecia numa época em que havia repressão e não se podia discutir problemas trabalhistas. Se o “Clube se voltar para essa finalidade, deve ter todo nosso apoio” concluiu.

**ESTÍMULO** — O vice-presidente provisório do Clube de Imprensa, José Flamínio de Oliveira, não acredita que esteja havendo tentativa de esvaziamento do Sindicato dos Jornalistas. Observa que o Clube pode ser até um estímulo para a entidade sindical: “Quanto mais entidade, melhor”. Ele acha que deveria ser feita uma disputa — no bom sentido — com o Sindicato participando das promoções do Clube de Imprensa e o Clube de Imprensa das atividades do Sindicato.

Com toda essa «desavença» dos jornalistas de Natal, Flamínio de Oliveira prevê um racha na categoria, pelo fato do Clube de Imprensa ser formado, em sua maioria, pelo pessoal da «Arraia Miúda» e o Sindicato, da «União e Trabalho». Ele lamenta, mas frisa, “acho que é isso que vai ocorrer”.

Ele lembra que essa aparente rivalidade pode ser saudável, na medida em que o Sindicato — acusado de imobilista por grande parte dos jorna-

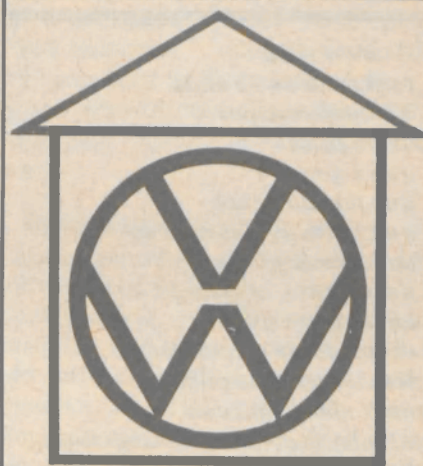
listas — pode se tocar, e lembra: “Ele já arrumou até um calendário. É bom que faça promoções”. Flamínio concorda com Walter Medeiros, quando diz que o Clube de Imprensa não tem a atribuição de defender a categoria.

De qualquer forma, “é prematuro fazer observações sobre o Clube de Imprensa, porque ainda não tem sequer Estatuto, mas apenas um esboço do que se pretende fazer”. Flamínio acha perfeitamente viável a coexistência (pacífica) de três entidades da categoria dos jornalistas: Associação Norte-riograndense de Imprensa (ANI), Sindicato dos Jornalistas e Clube de Imprensa.

**RECREAÇÃO, TAMBÉM** — Secretário da diretoria provisória do Clube (mas afastado por problemas de ordem pessoal, após a entrevista feita pela revista RN/ECONÔMICO), Roberto Guedes é um dos que defendem o Clube como entidade de luta pela categoria. Ele acha que “querer restringir o Clube a apenas uma instituição de lazer é lutar entre a categoria. Há muito mais precisando ser feito em defesa da categoria, inclusive a oferta de recreação e lazer. Dividir, enfraquecer, rachar o Sindicato seria propor que nossos companheiros de Clube abandonassem o Sindicato. No entanto, nós propusemos que todos os nossos companheiros participem ativamente das promoções que viessem a ser acionadas pelo Sindicato”.

O jornalista Aldemar de Almeida e Silva, um dos sócios-fundadores do Clube, deixa claro que não considera confronto com o Sindicato a promoção, pelo Clube, de palestras e debates de interesse dos jornalistas. E avisa: “O Clube está aberto a todos que atuam na área de comunicação, não somente aos jornalistas”. □

**PEÇAS PARA  
VOLKSWAGEN  
E FIAT**



**CASA DO  
VOLKS**



É necessário manter seu patrimônio em dia. A época é de crise. E se você possui Volkswagen ou Fiat, não se esqueça que a Casa do Volks tem todo tipo de peça e acessórios para esses carros, inclusive tintas automotivas. A Casa do Volks vende a preços, realmente, sem competidor. Um amplo estacionamento coberto e um dos melhores atendimentos da cidade são bons motivos para você comprar na Casa do Volks. Seu carro estará mais protegido e você, naturalmente, mais satisfeito. Afinal, manter um patrimônio não é fácil.

**GURGEL & OLIVEIRA**

Comércio e  
Representações Ltda.

Av. Prudente de Moraes, 1804  
Tel.: 223-2488

## UM PRESENTE DE 15 ANOS

*A sua revista  
está fazendo 15 anos.  
Venha participar  
desta festa  
que é nossa,  
que fala da gente,  
que conta as coisas boas  
da terra da gente —  
documenta, registra,  
enaltece e critica  
com isenção e seriedade,  
tem um grande público,  
muito bom conceito  
e, sobretudo, merece confiança.  
São 15 anos de jornalismo  
especializado feito  
com a prata da casa,  
revelando valores novos,  
consagrando nomes da terra,  
enfim, servindo a cultura  
e estimulando o desenvolvimento  
do nosso Rio Grande do Norte.  
Junte-se a nós,  
venha participar  
da festa mais potiguar  
de nossa cultura  
ao lado de quem acredita  
no futuro do Rio Grande do Norte.  
Faça agora sua assinatura  
da nossa revista  
RN/Econômico.  
Preencha um cheque nominal  
de Cr\$ 12.000,00 em favor  
de RN/Econômico Empresa  
Jornalística Ltda.  
e remeta-o à Rua São Tomé, 421,  
Centro — CEP 59.000 —  
Natal (RN),  
durante um ano  
você vai acompanhar de perto  
a história da sua terra.*

**RN/ECONOMICO**  
**EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.**  
RUA SÃO TOME, 421 - TEL. 222-4722 CEP 59.000  
NATAL-RN

1 (UMA) ASSINATURA ANUAL

NOME \_\_\_\_\_

END. DE RECEPÇÃO \_\_\_\_\_

CIDADE \_\_\_\_\_

ESTADO \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_

TELEFONE \_\_\_\_\_

DATA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Na Assembléia, as opiniões divergem

## POLÍTICA

# Diretas: uma novela que se prolonga por emendas

Em meio ao verdadeiro vendaval de subemendas (são 215) direcionadas ao «emendão» do Presidente Figueiredo, que propõe eleições diretas para o sucessor do seu sucessor, em 1988, aos poucos vai-se delineando uma posição mais vigorosa das oposições — que esfriaram depois da queda da Emenda Dante de Oliveira — tendo em vista o PMDB e impondo o nome do Governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, como candidato a Presidente da República em eleições diretas já. Essa postura recebe respaldo até do partido governista, haja vista a simpatia do vice-Presidente Aureliano Chaves, que renunciaria à sua candidatura em prol de um nome de consenso, saído das estrepitosas negociações.

No Rio Grande do Norte, a candidatura de Tancredo Neves recebe o apoio majoritário do PMDB, sob a liderança do Presidente do Diretório Regional, Geraldo José de Melo e com o apoio do clã dos Alves. Na verdade, confirmam analistas do quadro das oposições no Estado que, para onde Tancredo pender, elas ponderão. Neste sentido, percebe-se que as oposições farão ver novamente, sua força, repetindo as mobilizações populares, como se viu dia 25 de maio, quando ocorreu, em todo o País, «A Hora do Barulho». Em Natal, o Comi-

tê Pró-Diretas Já realizou uma passeata, ao som de buzinas de automóveis e outros instrumentos de som, da Praça Padre João Maria à Praça Gentil Ferreira, recordando as manifestações que antecederam a votação da Emenda Dante de Oliveira.

A candidatura de Tancredo, por outro lado, transcorre no momento em que se aguarda decisão do Supremo Tribunal Federal, que recebeu um mandado de segurança — encabeçado pelo vice-Governador de São Paulo, Orestes Quércia, e outras lideranças — contra a resolução anunciada pelo Presidente do Congresso, Moacir Dalla, rejeitando a Emenda Dante de Oliveira no dia 26 de abril. Para essas lideranças, a Emenda deveria ter sido aprovada na Câmara, já que obteve votação favorável de 2/3 dos deputados presentes naquela Casa.

Observa-se que, enquanto a Emenda Figueiredo se encontra sem data de votação no Congresso, a pressão das oposições pelas **diretas já** ganha expressiva ressonância junto à massa de eleitores, que se encontra sufocada no rodado do rodado da crise econômica em que se debate o País. As adesões do eleitorado, nesse sentido, se avolumam e sua prova pode ser constatada cristalina nas manifestações de rua, carreamos um número ca-



da vez maior de participantes. Como o relator da Comissão Mista que vai analisar a Emenda Figueiredo, Senador Aderbal Jurema (PDS/PE), solicitou mais 30 dias para analisar as 215 subemendas, devendo ir até o final de junho, aguardam-se grandes mobilizações pelo País inteiro, sob o patrocínio do Comitê Nacional Pró-Diretas.

**ELEIÇÃO FAZ BEM** — Aqui no Estado, afora as defecções representadas na votação da Dante de Oliveira nas pessoas dos Deputados Antônio Florêncio, Jessé Freire Filho, Vingt Rosado e Wanderley Mariz, percebe-se uma moderada simpatia de determinados setores governistas pelas **diretas já**. Como é o caso do líder do Governo na Assembléia Legislativa, Deputado Leonardo Arruda, quando afirma que “eleição faz bem”:

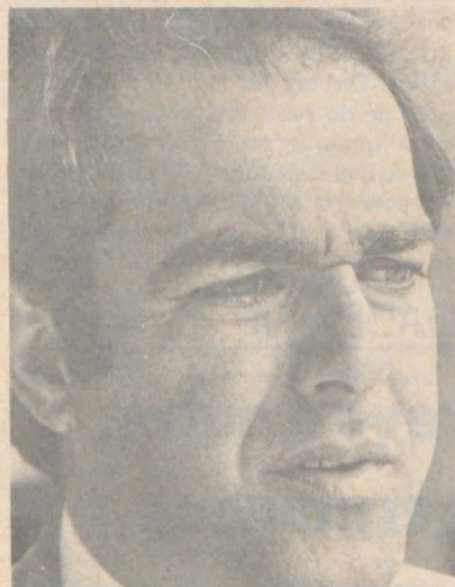
“Eleições diretas todos queremos”, enfatiza. “É um legítimo anseio do povo, que deseja participar das grandes decisões nacionais. No princípio, acho que não existem discordâncias”. E Leonardo se indaga e responde, iluminando o que ele diz ser fundamental na atividade política: “Qual o partido que, conquistando o Poder, se dispõe a abrir mão dele? Isso é o que se discute, embora se procure camuflar o fundamental. E, em política, quase sempre, o melhor caminho é aquele que leva o nosso grupo ao Poder. Isso está sendo comprovado agora pelo PMDB de uma forma geral e pelo PMDB do Rio Grande do Norte em particular, que, sonhando com a possibilidade de chegar ao Poder com a candidatura do Governador Tancredo Neves, esqueceu rapidamente da campanha pelas diretas já, e deseja a candidatura do Governador de Minas nas eleições indiretas. Com isso, procura legitimar o mal falado Colégio Eleitoral”.

“Deputado do PDS”, prossegue Leonardo, “tendo o meu Partido conquistado maioria no Colégio Eleitoral, concordo com a proposta do Presidente João Figueiredo de respeito ao resultado das urnas de 1982, e, como a proposta de emenda constitucional preconiza, acredito que o retorno das eleições diretas para Presidente será possível em 1988. Mas, se vier antes, melhor”.

Do PDS norte-riograndense como um todo, apenas um Deputado Federal, João Faustino, se declara francamente favorável à proposta das **diretas já**, tendo engrassado no Congres-

so o volume de votos pró-Emenda Dante de Oliveira, ao lado dos deputados oposicionistas Agenor Maria, Antônio Câmara e Henrique Alves.

Na Assembléia Legislativa, o vice-líder do PMDB, Deputado Garibaldi Filho — defendendo a necessidade de unificação da oposição — posta-se como simpatizante, dentro do grupo «Pró-Diretas», em torno da idéia de um candidato único, proposta pelo Governador de São Paulo, Franco Montoro. Colocando a posição do PMDB no Estado, Garibaldi esquadriha os últimos acontecimentos. “Lutou-se desesperadamente pela aprovação da Emenda Dante de Oliveira e não logrou-se a sua aprova-



**João Faustino: direito de eleger**

ção. Isto não quer dizer que não se deva lutar, ir para as ruas, para aprovar uma subemenda à emenda constitucional do Presidente João Figueiredo. Esta é a posição do PMDB no RN. Apenas os nossos líderes políticos, que acompanham mais de perto o quadro político nacional, admitem que poderá haver um novo insucesso nesta nova tentativa para aprovação da emenda pelas eleições **diretas já**; que não poderemos ter, ainda, os 22 votos necessários aos 2/3 do quórum exigido para aprovação. Eles não querem se sentir desarmados diante da perspectiva do continuísmo deste esquema de Poder que está aí”.

O PMDB, diante desse quadro, procura alternativas, salienta o vice-líder. Entre elas, a busca de entendimento com o grupo «Pró-Diretas», com o grupo ligado ao vice-Presidente Aureliano Chaves, entendimentos que induziram o Presidente do Partido, Ulisses Guimarães, a uma troca

de idéias com o hoje Presidente em exercício. O que levou o Senador Fernando Henrique Cardoso a chamar esses enteveros de «estado de necessidade», tendo em vista impedir a consolidação de candidaturas como a do ex-Governador paulista Paulo Maluf e do Ministro Mário Andreazza. “Por enquanto”, ressalta Garibaldi, “é lutar para unificar a oposição e o grupo «Pró-Diretas» em torno de um candidato único defendido por Montoro”.

**PROPOSIÇÕES FASCISTAS** — Para o seu colega de bancada, o Deputado Patrício Júnior, a Emenda Figueiredo traz, em seus artigos, proposições que fazem nossa Constituição retroceder à Magna Carta da Inglaterra, de 1215. Apesar de ver na Emenda «algumas inovações», Patrício nela detecta “um atentado às mais expressivas tradições ocidentais”. “Ali se prevê a criação de um contencioso administrativo impedindo que suas decisões possam ser revistas pelo Poder Judiciário”, frisa o Deputado. “Isto é mais uma cabal demonstração do espírito fascista que inspira as proposições jurídicas do Governo. Se esta proposição fosse aprovada, o cidadão, ao ser violado em seu direito individual pela administração pública (questão tributária ou desrespeito de direito do servidor público), ficaria à mercê, exclusivamente, de uma decisão no âmbito da própria administração, sem direito a recorrer ao Poder Judiciário. Como muito bem esclareceu o nosso eminente conterrâneo e jurista, Ministro José Fernandes Dantas, Presidente do Tribunal Federal de Recursos, este artigo é um retrocesso em relação, até, à Magna Carta da Inglaterra, de 1215. Vejam, assim, como estamos regredindo no Brasil”.

Para Patrício, a própria consagração do Colégio Eleitoral é um retrocesso, assim como também o é a reeleição do Presidente da República sem que este se desincompatibilize do cargo. “No Brasil, a corrupção eleitoral se ampliou nos últimos tempos sob o manto protetor da impunidade e do autoritarismo. Imaginemos, então, um Paulo Maluf disposto da máquina administrativa para usá-la com vistas à sua reeleição. Esta proposta é um disparate. A Emenda é controvertida por tratar de questões distintas e que somente deveriam ser definidas com precisão e amadurecimento numa Assembléia Nacional Constituinte”.

“Somos pela subemenda apresentada pelo grupo «Pró-Diretas» do PDS, com o apoio dos partidos de oposição, que prevê a realização, ainda este ano, de eleições diretas para a Presidência da República, para as Prefeituras das Capitais e para os Municípios até então considerados «zona de segurança nacional». Todos os esforços legislativos devem ser feitos no sentido de aprovar as diretas”, insiste Patrício.

“Entretanto”, adverte, “se, por acaso, mais uma vez, o Governo e maioria do PDS impedirem a instituição do voto direto para a Presidência da República ainda este ano, entendemos que os partidos de oposição e o grupo «Pró-Diretas» do PDS devem discutir e analisar quais as suas possibilidades de disputar, ainda que numa eleição indireta, repudiada pela grande maioria do povo brasileiro. É evidente que esta circunstância deve exigir do candidato e dos partidos de oposição a reafirmação de um solene compromisso no sentido de convocar

uma Assembléia Nacional Constituinte e de instaurar, efetivamente, as bases de uma sociedade verdadeiramente livre e pluralista, o que ainda não aconteceu no Brasil. É preciso entender que as eleições diretas são um meio, um caminho, que melhor nos levará ao encontro da democracia, como vem acontecendo na Argentina, e como aconteceu em países como Portugal, Espanha e Grécia”.

No mesmo diapasão de Patrício Júnior e dos parlamentares da oposição, em geral, o Deputado Federal João Faustino solfeja seu discurso incansável, pró-diretas já, declarando que “só o povo é capaz de escolher os seus verdadeiros mandatários”. Nos comícios que ele mesmo promoveu no interior ou nos **showmícios** do Comitê Pró-Diretas Já, Faustino não arreda o pé de sua convicção, lembrando que “qualquer povo que deseje libertar-se dos instrumentos traiçoeiros da prepotência tem de conquistar o direito de eleger os seus governantes”. □

dos mestres como dos servidores — é praticamente a mesma das lutas passadas, mudando apenas alguns números: mais verbas para a educação e a questão salarial, clamando por uma reposição de 64.8 por cento e um reajuste salarial igual ao Índice Nacional de Preço ao Consumidor — INPC — agora no segundo semestre.

**SEM RESPOSTAS** — Docentes e servidores, através de suas entidades máximas — Andes e Fasubra — entregaram, há mais de dois meses, suas reivindicações ao MEC para análise e posterior negociação. Mais de um mês se passou, aproximou-se o mês de reajuste — julho — e a mobilização nacional aconteceu: sem respostas, os mestres decretaram greve no dia 15, e os servidores a partir do dia 22.

Hoje, são cerca de 34 mil professores em greve, em todo o País, e aproximadamente 300 mil estudantes sem aulas. Mas não reclamam. Pelo contrário, apoiam o movimento nacional, torcendo principalmente para que o período por «mais verbas» seja atendido, por ser um ponto de pauta que sempre esteve encabeçando os seus movimentos reivindicatórios. O número de servidores em greve é imprevisível, mas, numa comunidade universitária, é o segmento que tem o maior peso, pois força a paralisação não só do setor docente — caso este também não tivesse parado —, mas dos setores administrativos das IES.

**VELHO IMPASSE** — A greve — que, para o Reitor da UFRN — Genivaldo Barros, já “é um evento cíclico” — é também a constatação óbvia de um impasse. Impasse que sempre existiu na vida universitária, desde que a política econômica governa-

## UNIVERSIDADE — II

# Entre uma greve e outra, o impasse permanece

O barril de pólvora em que se tornaram as Instituições de Ensino Superior autárquicas mais uma vez estourou em greves. E como das vezes passadas, a explosão acompanhou uma curva ascendente que culminou, este ano, com a adesão de todo corpo docente de todas as 27 IES espalhadas pelo País. E mais: esta explosão dos mestres trouxe à reboque, também o movimento **paradista** dos ser-

vidores, que atingiu 20 instituições e caminha para englobar a totalidade universitária, se soluções não forem adotadas urgentemente.

Como nos movimentos anteriores, este tem a mesma finalidade: fazer com que o Ministério da Educação e Cultura (MEC) atenda a uma pauta de reivindicação, ou, no mínimo, banque uma negociação à luz do diálogo. A pauta de reivindicação — tanto



Mais uma greve...



... atestando a crise do ensino

mental **meteu a mão** no orçamento do MEC, no final dos anos 60/início dos anos 70. Se, na época, as explosões de descontentamento não ocorriam, abertamente os fatores também são óbvios: o País vivia o auge da repressão a qualquer tipo de manifestação política ou classista.

No limiar dos anos 80, a abertura política brasileira abriu, também, o caminho do diálogo, antes que ele irrompesse em clima de animosidade. Os descontentamentos eram antigos, e já tinham pauta de reivindicação, que no grosso não fora atendida.

A primeira greve foi em 81, seguindo-se a de 82, tendo como pontos principais os famosos «Mais verbas para a educação» e a questão salarial. Em todas, as perdas foram maiores do que os ganhos. Mas, na opinião dos docentes, esta é a única linguagem entendida pelo MEC. A presidente da Associação dos Docentes da UFRN, Marlíria Ferreira de Melo Nóbrega, insinua isso quando afirma que, por não decretarem greve ano passado “perdemos um terço dos nossos salários”.

**E AGORA, QUEM PERDE? —** O impasse promete continuar. O MEC e os docentes já tiveram audiência, mas o **não** foi a palavra usada pelo Ministério a todos os pontos da pauta. Nos demais anos, porém, as promessas foram suficientes para colocar água fria na fervura do movimento docente. Agora permanece a incógnita: como terminará este impasse? O MEC cederá ou os professores voltarão mais uma vez de mãos abanando? Ou, o que é pior: os docentes cumprirão sua promessa de só voltarem com o atendimento da pauta? Isso deixa o quadro sem possibilidades de previsões apressadas.

O MEC acena com uma equiparação gradativa do salário dos professores das instituições autárquicas com o das fundações. Isso é desprezado pelos professores, que querem negociar em cima do que eles propuseram. E, por outro lado, eles consideram que a intenção do MEC, com esta medida, é levar adiante o seu projeto de extinção das IES — custeados pelo Governo — para dar lugar às Fundações, custeadas pelo setor privado.

Os professores, e aí também entram os estudantes, não arredam pé da obediência Constituição: a educação é dever do Estado. E argumentam que não é só esta parte que está sendo driblada: a emenda do senador João Calmon, que prevê 13 por cento

da arrecadação da União, também. É Marlíria Nóbrega, novamente, quem diz que, no entender da Andes, a emenda João Calmon, se aplicada, daria para atender a todas as reivindicações.

#### **MOVIMENTOS DE REITORES —**

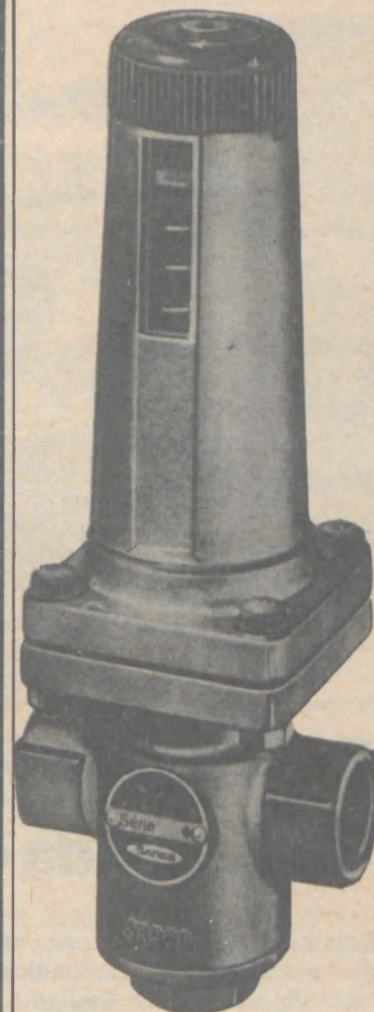
“A Universidade é um sonho, já não vale mais a pena frequentá-la”. Esta é uma afirmação muito repetida nos últimos tempos, o que demonstra um verdadeiro descrédito ao ensino superior no País e, por sua vez, a toda a estrutura educacional existente. Entendem os professores que tudo se resume à questão «mais verbas» que, reduzidas ano a ano, definham mais e mais as instituições educacionais e formadoras de mão-de-obra especializada.

Se os docentes e estudantes sempre repetiram o **slogan** «mais verbas» como o salvamento das IES, este ano à suas vozes se juntaram outras que, do ponto de vista do MEC, devem ter mais peso: as dos reitores.

Este ano, quando o MEC fez o repasse das verbas, emagrecidas apesar da correção monetária gerada pela inflação, os reitores se inquietaram. E pasmaram quando receberam o comunicado que não haveria suplementação como nos anos anteriores. Um movimento nacional por mais verbas ameaçou acontecer, mas morreu numa das Reuniões do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB). O motivo do «abafo» é desconhecido. Todavia, tem uma conclusão lógica: o cargo de reitor é outorgado pelo Ministério.

**PARADA HOSPITALAR —** A falta de recursos não atinge somente o mero ensino brasileiro, mas também os serviços médicos nos hospitais universitários. Estes hospitais, apesar de venderem seus serviços à Previdência Social, não angariaram os fundos necessários a sua manutenção. As verbas liberadas pelo MEC, segundo os diretores que já se pronunciaram, não asseguram o real funcionamento destes hospitais, fundamentais para as práticas acadêmicas dos alunos da área de saúde.

Na UFRN, os médicos-professores que atuam no Hospital das Clínicas, instituição responsável pela assistência médica aos não-previdenciários (geralmente, a população interiorana do Estado), também aderiram à greve. Pararam não somente os setores de aula, mas todo o serviço ambulatorial. Receberam o apoio dos estu-



**QUEIROZ OLIVEIRA**

**ESTE NOME  
TEM MUITO  
A VER COM A  
EFICIÊNCIA DA  
MANUTENÇÃO  
DO SEU  
EQUIPAMENTO  
INDUSTRIAL**

**QUEIROZ OLIVEIRA**

O melhor atendimento.  
Av. Rio Branco, 185 — Tel.: 222-2056

dantes, principalmente os concluintes, e soltaram nota à população solicitando compreensão e argumentando que, se não fosse a greve, a paralisação ocorreria naturalmente pela

falta de material. Eles, como os demais docentes, também só retornam quando o MEC atender à pauta de reivindicação. Agrava-se o impasse. □



A lei pode ver mulher de outra forma

## COMPORTAMENTO

# Com um novo código, direito consolida o que já é fato

Depois de nove anos para ser aprovado na Câmara dos Deputados, o projeto de lei do novo Código Civil Brasileiro tramita agora no Senado Federal, deixando em expectativa muitos brasileiros, principalmente as mulheres, que vêem a possibilidade de um avanço na luta pela emancipação feminina. Dentre as mudanças mais substanciais nesse novo Código está a equiparação de direitos e deveres entre homens e mulheres. Trocando em miúdos, o homem não será mais considerado o cabeça do casal, nem poderá anular o casamento se constatada a ausência de virgindade em sua parceira.

Segundo informação do advogado Honório de Medeiros, no artigo 233 do Código Civil em vigência, o marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos. Nesse novo Código, o homem e a mulher dividem essa responsabilidade. A outra mudança diz respeito aos artigos 218 e 219 (inciso IV), que considera anulável o casamento, por erro essencial sobre a pessoa do outro cônjuge, no caso a

mulher, deflorada antes do casamento, o que era ignorado pelo marido.

**INFERIOR** — Ao longo dos séculos, a mulher tem sido considerada ser inferior aos homens e, em algumas sociedades mais fechadas, a mulher não é considerada como um ser humano. Na sociedade brasileira, mais especificamente, a mulher tem levado desvantagem no casamento, no trabalho e na educação, apesar de alguns modestos avanços impostos pelo próprio desenvolvimento que se avizinha.

Para Honório de Medeiros, as modificações do novo Código Civil, — que até ser aprovado pode sofrer ainda muitas alterações — “acompanham o curso regular das mudanças na sociedade. Lastimo apenas que elas tenham demorado tanto, ou ainda demorem a se tornarem eficazes”. Modificações maiores, continua, dizem respeito à estrutura da mulher no ordenamento jurídico.

**POUCO ACRESCENTA** — Para algumas mulheres, essas modificações que poderão vir com o novo Código

Civil em quase nada modificam a atual situação da mulher, que já conseguiu algum avanço em suas lutas pela emancipação, melhores condições de trabalho e até de vida.

Diz a Juíza Gilka Farkat que, “no aspecto geral, os artigos do novo Código beneficiarão a mulher. Mas o que nós vemos atualmente é a mulher, de fato, exercendo tudo que é previsto pelo novo Código Civil, sem ter acobertado de direito o que ela desenvolve de fato”. Na realidade, as medidas adotadas correspondem aos maiores anseios jurídicos da mulher, diz ela.

Sobre o aspecto do homem como cabeça do casal, Gilka Farkat conta que “é comum nos depararmos, no Fórum, com casais onde o homem não contribui com qualquer importância para manutenção dos filhos, mas insiste na prioridade de ter seus filhos como dependentes dele para efeito na declaração do Imposto de Renda”. A justificativa para anulação de casamento, prevista em Lei, Gilka considera um absurdo, como considera absurdo o que chamam de crime de sedução. Ela diz que, hoje em dia, com a evolução e efeitos dos meios de comunicação, não se permite que existam ainda tais casos.

A Juíza acha que, mesmo sem o Código, a mulher vai impondo seus direitos. Comunga dessa opinião a Assistente Social Rose Marie da Silva, e embora ache válido o novo Código, frisa que “não é revolucionário, mas é mais um espaço dentro dos movimentos que a mulher vem batalhando”.

A questão da virgindade é vista por Rose Marie como uma coisa que quase não se preserva mais, porque, dentro do Código, a Lei não é executada: “Atualmente, há inversão desses valores pela própria mudança da sociedade. Os valores morais estão ultrapassados dentro da família”.

“A questão de competência entre o homem e a mulher é ultrapassada e eu vejo uma sociedade lutando em busca de um ideal que acredito ser o melhor prá mim”. De certa forma, conclui Rose, o novo Código vem apenas legalizar uma situação que já existe.

**NÃO RESOLVE** — As modificações previstas no novo Código Civil são algumas das lutas encampadas pelo movimento feminista no Brasil e também pelas mulheres que não participam de nenhum movimento, mas que sentem na carne a discriminação. Segundo Juraneide da Silva, Coordena-

nadora Estadual da Mulher Potiguar, essas modificações atendem em parte às necessidades femininas, mas não resolvem a questão.

Representando o movimento da mulher no Estado, ela informa que seu grupo pretende discutir melhor a questão, mas adianta que modificações como esta deveriam ser feitas

com uma maior participação da sociedade e da mulher, em particular, vez que se trata da maior interessada. De

certa forma, Juraneide não acredita que alguns aspectos modifiquem uma situação geral da mulher e, pensando assim, é que ela e seu grupo batalham também por lutas mais gerais, que poderão modificar a sociedade como um todo, partindo daí para as lutas específicas. A luta por uma nova Constituição é citada por Juraneide

## A nova imagem da mulher



### ainda negada pela miss

Enquanto grande parte das mulheres brasileiras está na expectativa do que poderá melhorar em suas vidas com a aprovação, pelo Senado, do novo Código Brasileiro, outras estão (ou estiveram até o final do mês de maio) de olho em concurso de misses. O mês de maio não foi somente o mês das mães, das noivas e de Maria. Foi também o mês das misses, nos quatro cantos deste «País Tropical».

O concurso, a nível de Rio Grande do Norte, foi realizado no início do mês de maio e, embora chame a atenção de muita gente, não desperta mais o mesmo interesse de antigamente. A candidata eleita, Zenaide Salústio da Costa, 22 anos, com instrução pré-universitária, é natural de Parelhas e diz que seu maior sonho era ser miss. O sonho virou realidade, mas na rápida entrevista que concedeu à revista RN/ECONÔMICO, ela pouco falou sobre o real. Continuou no sonho.

Ela contou que estava muito feliz por ter vencido o concurso, principalmente pelo fato de ser a primeira miss de Parelhas a conseguir chegar a Miss Rio Grande do Norte. Com um riso ingênuo (e simpático), ela argumenta que o sonho de ser miss era também o de outras tantas moças, principalmente daquelas que vêm do inte-

rior — em tempo: ela mora em Natal há 9 anos, mas seus pais continuam morando em Parelhas.

Sobre a questão da mulher bonita, sobretudo daquela que expõe sua beleza (no caso, as misses), ser consideradas mulher-objeto, principalmente numa sociedade machista, Zenaide Salústio sente na pele, mas diz que isso não incomoda, e justifica: «A mulher, no cotidiano, também é encarada como mulher-objeto». Sobre o chavão de que «toda mulher bonita é burra», ela não concorda, mas faz uma ressalva: «As vezes tem algumas que são (burras)».

Com alguns títulos de beleza na sua bagagem (Miss Municipal, Rainha do Carnaval, Loira do Seridó, etc.) e a disposição de fazer o curso de Agronomia, em Mossoró, quando terminar seu reinado, a Miss Rio Grande do Norte acredita que agora terá mais oportunidade de trabalho, principalmente para quem deseja ser manequim, ou modelo.

Sem considerações mais longas sobre qualquer assunto, a entrevista é encerrada com sorrisos e desejos de boa sorte. Fecha o parágrafo.

SER OU NÃO SER — Em pleno século XX, onde se discutem questões de ordem social, econômica, política e, para muita gente, da

própria sobrevivência, miss ainda dá Ibope. Para o promotor do concurso de Miss Rio Grande do Norte, jornalista e cronista social Adalberto Rodrigues, esses concursos continuam atraindo gente porque mudaram muito. Não se faz mais aquela festa tradicional, com certo carranquismo: a modernização do concurso ajuda até na descontração das misses.

Até quatro anos atrás, o concurso — a nível nacional — era promovido pelos Diários Associados. Depois passou para as mãos do grupo Sílvio Santos, também dono de uma emissora de televisão. A mudança é sentida em todos os aspectos, diz Adalberto, até nas condições financeiras, que dificultam a premiação das vencedoras. «A contenção de despesas também atingiu o concurso», lembra ele.

De qualquer forma, Adalberto Rodrigues conseguiu movimentar alguns municípios que aqui estiveram representados, apesar da ausência dos municípios mais pobres.

Para a jornalista Diana Nunes Ayres, concurso numa época como a de hoje é incoerência para a própria mulher, que está aí lutando por um lugar ao sol. Diana acha que a mulher tem que estar lutando por seus direitos, «na luta política, no momento em que o País atravessa uma séria crise econômica».

Diana Nunes afirma que o concurso ignora as outras qualidades da mulher e se preocupa apenas em expor a beleza física. «E isso reforça mais ainda a visão da mulher-objeto, numa época em que mil mulheres estão engajadas num outro tipo de luta». Nesse tipo de concurso, há também um pouco de machismo, continua Diana, e lamenta que a profissão não seja colocada em plano igual ao da beleza, «é como se a mulher fosse só aquilo. Carne»

de, que acredita numa maior e melhor participação da mulher nas decisões da sociedade, a partir desta Constituição.

Falando especificamente dos artigos modificados do Código e que poderão ser aprovados pelo Senado, caso não sofram nenhuma nova emenda, Juraneide fez considerações sobre a questão da virgindade, ainda hoje vista como um dos critérios para o casamento.

“Isso lembra um pouco a época primitiva. Você ter o direito de anular o casamento, baseado num tabu. Não é o aspecto físico que vai determinar uma relação que termina em casamento, mas o aspecto do afeto, do amor que existe entre duas pessoas”.

Juraneide também faz considerações sobre o poder da família, que ainda permanece nas mãos do homem (assim como o poder de toda a sociedade): “Ainda existe a predominância do homem como chefe da família, embora através do Código, a igualdade vá demorar anos para ser atingida”. A sociedade machista ain-

da faz uma discriminação muito grande contra a mulher, complementa.

Ainda que a mulher tenha conquistado um espaço muito grande e posto abaixo algumas discriminações, Juraneide não acha que essas mudanças legais tenham chegado com atraso: “Achar que chegou atrasado é subestimar o poder de força das mulheres”. Argumenta que, de uma maneira geral, a mulher sempre foi considerada em segundo plano, tanto na família, no trabalho, como na educação. A mulher é condicionada a obedecer aos homens e se considerar um ser muitas vezes inferior, principalmente no que se refere à capacidade intelectual. Mudar esse segundo aspecto é um dos maiores medos do homem.

De qualquer forma, completa, não foi dada à mulher condição de partir para a elaboração de um Código, nem o movimento feminista tem o poder de organização para tal”. □

CIONE CRUZ

## LAZER

# Clima serrano: uma opção para o turismo potiguar

Pomares onde macieiras, pereiras e figueiras frondam em completa harmonia com mangueira, jaqueiras e pinheiras, num clima serrano — esta descrição pode parecer contraditória, especialmente se for incrustada num Estado onde a paisagem típica é dominada pela caatinga. A contradição,

no entanto, é anulada pela realidade da Serra de Martins, no Rio Grande do Norte, cujas características transportam o turista potiguar até o outro extremo do País, sem necessidade de sair do seu próprio Estado.

Em Serra de Martins, além da beleza e exotismo da paisagem, o turis-

ta conta também com o trunfo do Hotel Serrano — um nome que concretiza a peculiaridade do lugar — construído nos moldes dos chalés sulistas. Atualmente, o hotel está passando por melhoramentos no sentido de utilizar todo o seu potencial no desenvolvimento do turismo potiguar.

**TEMPORADA** — A empresa Imperatriz Hotelaria e Turismo, responsável pela administração do Hotel Serrano, vem agindo junto à Nortel para a conclusão dos serviços de melhoramento até esta temporada de meio de ano. Sob nova gerência, e com um grande incentivador — o Deputado José Fernandes, o hotel está tendo suas dependências melhoradas, como ocorre com a ampliação da cozinha e da sala de reuniões, sempre utilizada para encontros de entidades como a Emater/RN e outras também voltadas para o homem do campo.

Atualmente, o hotel já dispõe de duas piscinas, **playground**, e um salão de jogos, que está sendo reestruturado. Com o término dos serviços, os hóspedes poderão contar com se-restas nos finais de semana, passeios a cavalo ou a bicicleta, além de leite «in natura», tirado na hora.

Como complemento da paisagem e do clima da Serra de Martins, o Hotel Serrano tem apartamentos em forma de chalés agrupados em número de quatro, mas totalmente isolados uns dos outros. São essas características que fazem do hotel e da própria Serra de Martins locais que estão sendo escolhidos para repouso e lazer de vários turistas do Estado e de outras regiões. O que vem comprovar que o Rio Grande do Norte não é só sertão. É serra também, e com luar sertanejo. □



Chalés individuais para os hóspedes



O clima é bom para um banho de piscina

# Inauguração do Safra abre novas opções de serviço

Cerca de trezentas pessoas compareceram à solenidade de inauguração das novas instalações do Banco Safra, ocorrida no último dia sete e contando com a participação do Governador José Agripino Maia, secretários de Estado, empresários e diretores nacionais da organização, que hoje já congrega 65 agências, 26 lojas de poupança e 3 agências no exterior. A solenidade teve um particular curioso e elogiado por todos os presentes: não houve discursos.

As Organizações Safra atuam em dez áreas diferentes — desde o Crédito Imobiliário à Seguradora, passando pelos Investimentos e Comércio Exterior. A agência de Natal, com apenas dois anos de funcionamento, tem hoje mil e quinhentos metros quadrados em prédio de dois pavimentos, e estacionamento rotativo para cerca de trinta carros, além de alternativas financeiras mais amplas e dinâmicas.

**ATENDIMENTO PERSONALIZADO** — O diretor regional da área, Cipriano Martins Filho, e o gerente local do Banco Safra, Guilherme Soares, revelaram disposição de melhorar cada vez mais a linha de ação da empresa no Rio Grande do Norte. A disposição está concretizada, hoje, nas opções de financiamento e nas amplas gamas de produtos e serviços, tais como: Crédito Pessoal; Financiamento a Empresas; Papéis de Renda Fixa; Seguros; Open Market; Fundo de Renda Fixa; Previdência Privada; Leasing; Ouro; e Sistema de Compensação Integrada.

A ampliação da agência de Natal foi um projeto elaborado pela própria Organização Safra, através do seu Departamento de Engenharia, que é especializado em trabalhos de interesse do próprio Banco. Isso foi possível graças à estrutura organizacional da empresa, que já tem um século de existência no mundo e ocupa posição de vanguarda em termos de iniciativas de desenvolvimento.



A nova agência da João Pessoa



Governador Jose Agripino e diretores nacionais do Safra

**SALDO POSITIVO** — A direção geral das Organizações Safra esteve representada na inauguração pelo diretor de Captação, Gil Bernardes; o diretor do Banco de Investimentos, Mário Lima; o gerente regional de Captação, Jorge Vieira; o gerente regional de Seguros da Safra Seguradora S/A, Ivan F. Andrade; e o diretor da Seguradora, João Carlos Voght. Um coquetel foi servido aos presentes, e os funcionários da agência mostraram as dependências do prédio e forneceram explicações sobre os diversos setores.

Na ocasião, foi distribuído o Relatório das Atividades do Safra Brasil, onde constam informações sobre a situação do Banco no País e no exterior, durante todo o ano.

Os dados demonstram crescimento generalizado em todos os setores do Banco, e o saldo positivo foi expresso, em Natal, com as novas instalações, que saíram da Avenida Rio Branco para a Rua João Pessoa, expandindo-se tanto em tamanho quanto na qualidade dos serviços prestados à comunidade.

A equipe gerencial da filial natalense é composta das seguintes pessoas: Guilherme Soares, Walter Alves de Oliveira Filho, Alberto Pinto Meireles, Francisco Oaci de Souza Monte, Emmanuel Souza Pinto, Francisco Tarcísio R. Diógenes, José Edson M. de Santana, Antônio Luís Moraes, Eliene de Araújo Chacon e Bruno Sérgio Piva e Silva.

Pedro Nava foi encontrado morto, a poucos metros de sua residência, no bairro carioca da Glória. A mão chuscada de pólvora, segurava um revólver, comprado dias antes.

Aos oitenta anos, consagrado pela unanimidade da crítica, Pedro Nava convivia mal com a velhice, com o perecimento do corpo. Chegava mesmo a desdenhá-la: envelhecer, envilecer. Esta poderia ter sido a sua divisa. Achava que a velhice — incorrigível fatalidade — deveria preceder a visita da Morte somente por umas poucas semanas. Também o francês Henri de Montherlant, autor de *Les Olympiques* e membro da Academia Francesa, matou-se aos setenta anos, lá pelos inícios da década de '70. Montherlant cantara hedonisticamente a juventude em flor, os atletas, os boêmios, os inconformistas, a audácia, o perigo de ser, joie de vivre.

Mineiro de Juiz de Fora, conterrâneo portanto da grande escritora Rachel Jardim e do poeta Murilo Mendes, o único brasileiro a obter o Etna Taormina, dos prêmios literários mais significativos da Itália, Pedro Nava pertence àquela vertente machadiana de escritores introspectivos, mergulhados nas misteriosas correntezas do ser humano sempre tão frágil em face do destino.

Memorialista, autor de obras inesquecíveis como *Baú de Ossos*, *Balão Cativo*, *Chão de Ferro*, *Beira-Mar*, *Galo-das-Trevas* e, por último, *O Círio Perfeito*. Morreu em pleno exercício da

criatividade, enquanto escrevia o sétimo volume de suas memórias-quase-romances, que fecharia o ciclo. Pedro Nava transcendeu o gênero, a recordação sentimental que deleita a família e os amigos, constituindo-se, ao contrário, em autor de obras corajosas e até incômodas, no que têm de sinceridade, que se defi-



Pedro Nava

nem por uma caligrafia literária palpitante de autêntico estilista. Nele, nada está a mais ou a menos. Amoroso da palavra, Pedro Nava escritor desnuda-as e desnuda o homem complexo, entre irônico, amargo e cético, que ele foi no dia-a-dia, no convívio que despoja a todos de suas máscaras.

Mas foi Pedro Nava, também, o homem cordial de Sérgio Buarque de Hollanda, que se interessava pelos jovens e os estimulava em atos e palavras. Jamais recusou-se a escrever o prefácio solicitado pelo estreante ou desconhecido que lhe batia a porta, segundo o gravador Calasans Neto, que publicou

pelas Edições Macunáima, que fundou e dirige, o primeiro livro de Pedro Nava, *O Defunto*, poema. Tinha assim Pedro Nava algo de nosso Mestre Luís da Câmara Cascudo, incentivador de principiantes a esbanjar os inesgotáveis estímulos de sua usina intelectual. Nem de longe lembrava o misantropo Paul

“Assim como acompanhamos avidamente a agonia dos que amamos para guardar para sempre a tirania de sua derradeira lembrança — acho que todos que passam diante de uma velha casa, de uma velha igreja, devem olhá-las como quem segura, se encosta, cheira, beija, lambe, degusta o corpo apetecido. É amar agora porque a mocidade foge. É olhar e ver afora porque as selvas de pedra proliferam e nunca mais se contemplarão os telhados, beirais, ornamento, lembrequins, serralherias, gradis, portões, vidraças e bandeirolas de vidro azul de que estou dando o endereço”.

**LEITURA DINÂMICA**  
— É indiscutível que a **TV-Universitária** apresenta hoje o melhor noticiário nacional em cadeia com a TV Educativa, do Rio. E, aos poucos, a despeito de tanta incompreensão e mediocridade reinantes, melhora a programação local com a abertura de novos espaços voltados para o questionamento da nossa realidade imediata.

Estreou o mês passado um novo programa, **Leitura Dinâmica**, sob a responsabilidade dos jornalistas Tarcísio Gurgel e Josimey Costa, que se estrutura melhor a cada nova edição e tem tudo para ficar como um marco do jornalismo cultural entre nós. Somente duas pessoas sensíveis, inteligentes e criativas, como Tarcísio e Josimey, teriam a idéia de realizar um programa totalmente voltado para a difusão do autor norte-riograndense, marginalizado pelas



distâncias, sem acesso ao eixo monopolizador, integrado pelos Estados do Rio e São Paulo.

Bem humorado (artigo cada vez mais em falta num meio onde a sisudez e a pompa são sinônimos de inteligência), o programa é de uma informalidade sedutora. E consegue extrair brilho e charme até desses imprevistos técnicos, tão frequentes numa emissora não-comercial que se mantém exatamente por causa do trabalho e do amor de uns poucos abnegados.

Excelentes os retratos dos poetas Myriam Coeli, Jorge Fernandes e Auta de Souza, pintados por Maurício, que servem de cenário ao programa.

**AS CORES DO UNIVERSO** — João Ricardo Machado, de 13 anos, é o mais novo autor norteriograndense publicado, depois de Camila Cascardo Barreto, a bem sucedida autora (existe em Natal, até, uma biblioteca com o seu nome) de *No Reino das Joaninhas*. Pois João Ricardo, filho de jornalista, fã de histórias de aventuras e ficção científica, reúne as suas invenções sob o título *O Universo das Cores*, uma estória, no mínimo, curiosa e que entremostra o escritor que ele será no futuro.

**CARTAS DA REDINHA** — Se depender da vontade do jornalista Vicente Serejo, a Redinha, que anda ameaçada de extinção, sobreviverá. Pelo menos através dessa série de crônicas, originalmente publicadas no *Diário de Natal*, a que Serejo deu o título de

*Cartas da Redinha*. Mais que simples crônicas, declarações de amor a uma praia que já foi, em tempos idos, a Cabo Frio da grã-finagem potiguar.

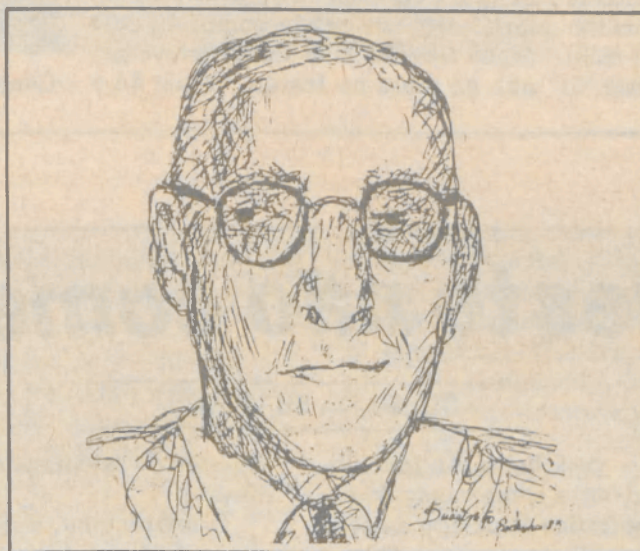
Situada a poucos quilômetros de Natal, a Redinha (que pertence ao município) tem um carisma imenso que, anos após anos, seduz, espe-

através de um estilo claro, mas pleno de nuances reveladoras do ecólogo, do ser romântico, profundamente apaixonado pela natureza; do poeta que se entrega a emoção de um instante redentor; do sociólogo e do etnógrafo; enfim, do homem sensível e rico em percepções que se mostra através de uma

sar de tudo, Jorge Fernandes continua a fascinar os amadores de poesia. Nesses anos todos que nos separam de sua morte, curiosa morte, continuou a crescer a flor de sua poesia e não é por acaso que o seu *Livro de Poemas* assumiu, ano após ano, a importância de um marco balizador. Romântico mas não sentimental, Jorge Fernandes, o passageiro da alegria, no dizer do poeta Jarbas Martins, resgatou em seus textos poéticos a natureza, sem submetê-la a qualquer desses processos glamurizadores tão comuns na história literária provinciana. Introduziu uma nota de ironia e bom humor e foi até mais longe, ao definir o soneto como "uma prisão de catorze grades". Jorge Fernandes queria a largura, mas uma largura trabalhada pela técnica. Antecipou-se, até, ao concretismo, ao elaborar o seu famoso poema *A Rede*.

Agora o professor Francisco das Chagas Pereira enriquece a bibliografia passiva de Jorge Fernandes, ao deter-se num aspecto de singular interesse — a seca —, desentranhado da produção poética em questão. Obra criteriosa, de estudioso e também de apaixonado, destinada a cobrir uma lacuna imensa nos estudos de nossas letras. *Jorge Fernandes e a Seca* é uma publicação da Nossa Editora e faz parte da Coleção Pretexto, que se afirma, paulatinamente, como um referencial importante para a vida intelectual do Estado.

**FRANKLIN JORGE**



Jorge Fernandes: desenho de Diniz Grilo

cialmente, os artistas, os escritores e a boemia intelectual. Lá, o pintor Diniz Grilo tem o seu atelier. Lá, o poeta Luís Carlos Guimarães tem uma residência de verão. Lá, reina como um grand-seigneur, o professor João Alfredo de Lima, afetosamente investido pelos seus amigos na dignidade de Marquês de um vago e transcendente mundo poético. Lá, Carlos Humberto Dantas desenha e poetiza a vida.

*Cartas da Redinha* sintetiza, pois, esse mundo que flui de verão a verão (pessoalmente prefiro-o durante o inverno, quando tudo se cobre de um gris brilhante e introvertido). Síntese que se faz

caligrafia que dá continuidade a uma tradição do jornalismo potiguar e, por outro lado, coloca o seu autor entre os melhores cronistas brasileiros da atualidade.

**JORGE FERNANDES E A SECA** — Exponente do modernismo na literatura potiguar, amigo de Mário de Andrade, o poeta Jorge Fernandes não mereceu ainda a projeção que lhe é devida. E isto porque nunca é demais lembrar e relembrar a sua pequena e expressiva obra poética, a fluência de uma escritura personalíssima, articulada pela ironia de um lirismo entre embevecido e iconoclasta.

A verdade é que, ape-

## Êxito de ação contra BNH pode ajudar mutuários

Milhares de mutuários do BNH, em todo o País, se sentem hoje, profundamente arrependidos de terem tentado realizar o sonho de possuir a casa própria. Alguns, não obstante, terminam por aceitar como uma fatalidade do destino os encargos elevadíssimos com a prestação do imóvel; outros, simplesmente se recusam a pagar suas mensalidades, engrossando as fileiras dos chamados inadimplentes do Sistema Financeiro Habitacional. O advogado Jales Costa, 51

anos, natalense com curso de pós-graduação em Paris e professor de Direito Internacional e Relações Internacionais das Universidades de Campina Grande e Fortaleza, preferiu acionar a Justiça. E teve êxito.

Com uma ação ordinária reivindicando rescisão de contrato de sua casa comprada ao BNH, sob a alegação de que a cláusula da equivalência salarial não está sendo cumprida pelo órgão federal, Jales Costa obteve ganho de causa na Justiça. O juiz foi o



Conjuntos: destinados ao abandono?

## ARTIGO

# Nordeste não come rato

CELSO DA SILVEIRA

A televisão comercial — essa babel de ignorâncias — há pouco tempo registrava como causa de extrema pobreza o fato do nordestino flagelado da seca alimentar-se de rato.

Deixando de lado o episódio da seca que há quatro anos vem secando os mananciais d'água e quase levando ao extermínio a fauna comestível da Região, tudo se resume a um equívoco dos repórteres em busca de sensacionalismos despertadores do sentimentalismo nacional.

Comer, ou não comer rato, é uma questão de cultura.

Na Índia a carne bovina não serve à alimentação humana, porque o boi é animal sagrado. Mas, nós, nordestinos, somos carnívoros, com preferência pela carne bovina.

O chinês é alimentado a arroz. Nós, preferimos a farinha de mandioca, o milho e a rapadura.

Na China come-se ratazanas até em recheio de pastéis. Nós, comemos punarés, preás, mocós, mamíferos assemelhados ao rato, mas o nosso rato-do-algo-dão nós repugnamos.

O francês tem em seu melhor cardápio, juntamente com iroqueses esquimós, africanos em geral e negros do Congo Belga, carnes e queijos pútridos ou semidecompostos. Nós não saboreamos alimento estragado nem carne bichada, nem feijão com gorgulho.

Os esquimós, em matéria de hábitos alimentares, merecem, certamente, o troféu de povo de gosto mais inusitado. Eles comem carne e peixe crus, bolo semi-

digerido do estômago do caribu e vísceras de aves ao natural.

O marroquino, o saareano e o turquestanês ingerem gafanhotos torrados. No Amazonas, alto do Rio Negro, os caboclos tinham no besouro assado um dos principais esteios de sua culinária. Antes, São João dera o exemplo, alimentando-se de gafanhotos no deserto.

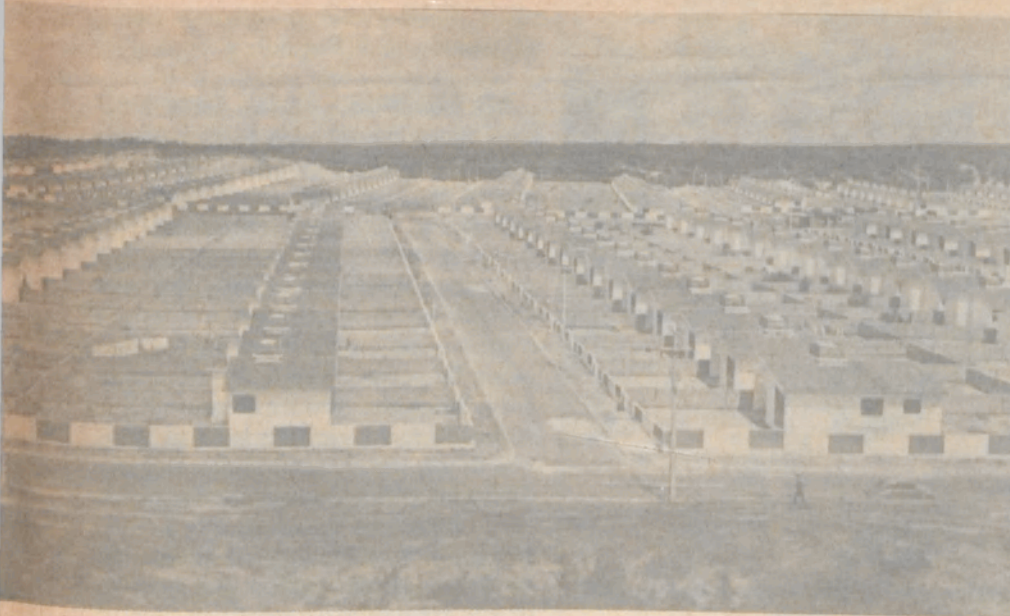
Nós comemos camaleões, teju-açus, animais que se alimentam de folhas verdes. O que a televisão mostrou, como sendo rato e lagarto, são espécies de nossa fauna comuns na mesa do sertanejo.

Sempre ouvi falar que dona Marocas da Bola engordava gatos domésticos para seu repasto. É um caso pessoal, do exclusivismo alimentar dessa senhora, que teve fazendas de gado e de plantar nas ribeiras do Parai.

Certa vez meu pai recebeu na Fazenda Camelo, para almoçar, inúmeros amigos, a quem serviu uma fritada de muçu que, saboreada, foi elogiada unanimemente. Depois que souberam que era muçu, um comensal (Arnaud Abreu), falou na delícia do prato, ressaltando que “se tivesse sabido antes, não teria comido, mas, agora, onde tivesse muçu, estaria lá...”

O muçu é a enguia, a lampreia da lama do caixão-dos-açudes de terra — uma cobra preta escorregadia que se infiltra no mole da lama quando perseguida pela pescador.

Quando o muçu sai d'água fica impregnado de uma gosma que se mistura à terra tornando o seu corpo áspero. Tratado com água fervente, o muçu larga a



dr. José Augusto Delgado e a ação tomou por base quatro documentos legais: a legislação do Sistema Financeiro Habitacional (SFH), a Constituição Federal, a Lei de Introdução ao Código Civil e a jurisprudência. Trata-se da primeira ação movida contra o BNH no Rio Grande do Norte que é coroada de sucesso. Tentativas anteriores esbarraram nos muros da Lei, por falhas técnicas ou imprecisão de argumentos.

Em vista da ação ter sido vitoriosa em primeira instância, Jales acredita que o SFH, seguindo uma praxe bastante usual, recorrerá da sentença. Mesmo porque, diz, "é direito dele e, como o Sistema está em falência, eles (os tecnocratas) querem salvá-lo a qualquer custo". Mas contra-argumentando, denuncia que não cabe ao mutuário salvar um Sistema mal-

sua capa negra e fica todo branco. Retiradas as vísceras, cozinha-se no leite de coco e serve-se com pirão de farinha.

É comida comum no litoral agreste do Rio Grande do Norte, sempre presente nas bancas de feira em São José de Mipibu, Nísia Floresta, Arês e Goianinha. Não deve ser confundido com a cobra silvestre.

Sei de um caso em que José da Penha Bezerra, boêmio natalense, na estrada da Redinha matou uma cobra de taboleiro e dela fez tira-gosto com cachaça. Adoeceu muitos meses e perdeu parte de sua cabeleira.

É uma exceção.

Meu pai dava preferência ao peixe ardido, que sabia bem ao seu paladar.

Outra exceção.

Das aves do sertão que eu vivi, só não se comia urubu, carcará, coruja, caboré, dorminhoco, papa-sebo, caga-sibite, beija-flor e aves de estimação: cantadoras e faladoras.

De caça do mato não entravam na culinária sertaneja: o guaxinim, a raposa e o rato-do-algodão, cujo habitat era a galharia da jurema.

Mocó, preá, punaré, eram caçados com armadilhas — pedra, forjo, quixó e arapuça — e armas de fogo.

O veado, o maracajá, a onça vermelha, a maritaca, o peba, o bola, o tatu-verdadeiro, o camaleão, o teju-açu, a lebre, eram consumidos sem restrições por homens, mulheres e meninos.

No sertão de trinta anos atrás o leite de gado era, entretanto, o alimento por excelência, de todos.

Ingerido cru, era tirado direto do peito da vaca ao copo de alumínio, por exímios puxadores de peito dos úberes das vacas. Nos copos de asa, bem areados, chega ficavam reluzentes ao brilho do sol, ia um pouco

de açúcar. Os adultos tomavam-no com um pouco de conhaque para cortar gripes e catarros alojados.

O leite vinha para a mesa do café para ser misturado com batata ou jerimum de leite, machucados com garfo, em prato fundo. Ou para modificar o sabor e a coloração do café torrado no caco caseiro e pilado no pilão. Ou para ser bebido morno, cuado em peneira para não passar a nata que criava na fervura em vasilhames de kerosene Jacaré, sobre trempes do fogão a lenha. Ou para ser servido com farinha e pedaços cortados de carne-de-sol, para abrandar o seu sal. Ou para temperar o mungunzá. Ou para abrir o cuscuz, penetrando os poros da massa de milho e sumindo no fundo da terrinha de louça.

Minha irmã Laurita manufaturava excelente licor de leite.

O leite de gado reinava, primeiro e único. A ele todas as glórias das apostas feitas para ver quem bebia mais copos ao pé da vaca. Meu irmão Emílio bateu o recorde, com 28 copos. Depois, pela mesma goela, devolveu tudinho para alegria dos vira-latas que rodeavam a Casa Grande.

Também servia o leite para coalhada de soro ou escorrida. E para fazer queijos de coalho ou de manteiga. Ou para fazer a própria manteiga de garrafa.

O leite de jumenta, nesse tempo sertanejo, tinha uso restrito aos casos de doenças infantis e para fortalecer os pulmões. Não se falava em leite de cabra nem de ovelha.

Produzem leite: a vaca, a jumenta, a camela, a cabra, a ovelha, a égua, a rena, a búfala, a lhama, a iaque, entre os animais domesticados.

O menino do Nordeste, o nosso homem de hoje, entretanto, não saiu dos seus costumes alimentares. Nem a fome o levará a comer rato. Como não o levou a beber o leite distribuído em pó pelo Fisi.

Tantos anos depois, ele prova o que dele escreveu Euclides da Cunha: "Antes de tudo, um forte!"

administrado e que se desviou de suas funções específicas para construir metrô, vias expressas, viadutos decorativos e apartamentos de luxo, como os do eixo Centro-Sul; nem o mutuário é responsável pelo destorço da Delfim, da Coroa-Brastel e "outros escândalos menos cotados".

**ALENTO** — Mas o fato mais importante de sua vitória na Justiça contra o BNH é, segundo frisa o próprio advogado, o alento para os mutuários, que já podem constatar que ainda existe Justiça no País. Ademais disso, acentua que a partir de agora outras ações semelhantes poderão ser encaminhadas à Justiça, no Estado, a fim de reparar as distorções sem amparo legal cometidas pelo órgão. Confia também que o encaminhamento da ação para o Forum do Tribunal Federal de Recursos, em segunda instância, não fugirá à decisão já deliberada, vez que naquele Tribunal estão, segundo observa, mestres de notório saber jurídico e que só têm um compromisso, que é com a Justiça e "não com os tecnocratas do SFH".

Jales Costa sublinha que a situação atual do mutuário no Estado é da maior gravidade, lembrando que, a partir de julho, isso se agravará ainda mais, pois as prestações da casa própria deverão ser majoradas acima de 190 por cento, sem que os reajustes salariais tenham sido corrigidos nesses níveis. O desequilíbrio entre a prestação do imóvel e os salários, explica, decorre de um desvio do **Sistema**, que forçou um achatamento salarial baseado em que os aumentos dos salários eram inflacionários. Em última instância, só lhe ocorre uma solução para toda essa problemática: a eleição direta para Presidente da República. Seu argumento é que só um Presidente que tenha sido escolhido pelo povo e tenha, portanto, sensibilidade para os problemas do povo, será capaz de fazer o BNH voltar à sua função de banco oficial e não de «agiota oficial».

Já as alternativas propostas na «cartilha» que o BNH está distribuindo para orientar os mutuários a encontrarem «soluções» para suas dificuldades frente aos aumentos das prestações dos imóveis, Jales acha que são basicamente iguais, e "todas contra o mutuário". Explica que a Lei 4.380-64, que criou o BNH, é uma Lei de ordem pública. Por conseguinte fica proibido a qualquer uma das partes, isto é, tanto ao BNH quanto



**Falência do SFH: argumento de Jales**

ao mutuário, fazer concessões que atinjam a finalidade social do programa habitacional. Na melhor das hipóteses, diz, essas supostas alternativas que o BNH está oferecendo não passam de paliativos com «finalidades políticas», lembrando que o Mi-

nistro do Interior é candidato indireto à Presidência da República".

**MUTUÁRIOS** — Mas Jales também tem uma crítica a fazer ao comportamento dos mutuários, principalmente os do Estado. Observa que a solução do problema tem de ser enfrentada através da mobilização dos próprios mutuários a partir de seus Conselhos de Moradores e Centros Comunitários, pois estes órgãos dispõem de setores jurídicos que podem ser úteis aos próprios mutuários. Além do mais, ressalta que só através dessa mobilização é que eles poderão adquirir uma consciência política do problema do BNH, que é, ressalva, "um problema essencialmente político". Declara ainda que essa luta por prestações compatíveis com os salários, por casas realmente populares e por melhores condições de vida, dada a sua dimensão, não pode ser levada isoladamente — como vem acontecendo atualmente — pois essa conduta não leva a nada, senão ao fracasso. □

## GASODUTO

# Nordestão: investimento com retorno garantido

Já foi dada a largada para a construção da maior obra da Petrobrás em terra: o Gasoduto do Nordeste, que popularmente vai ficando conhecido como **Nordestão** devido aos seus cerca de 500 quilômetros de extensão. O Gasoduto tem origem no Município de Guamaré, situado no litoral norte do RN, e se estenderá, beira-litoral, até Cabo (PE), servindo, ao longo do seu trajeto, a 60 empresas, que trocarão o óleo diesel ou similares pelo Gás Natural.

O Nordeste faz parte de um projeto de aproveitamento do gás natural da Bacia Potiguar que não se resume apenas à construção do Gasoduto. Existe, ainda, a implantação de uma Planta de Gasolina Natural (PGN), uma espécie de mini-refinaria que, em Guamaré, manufaturará toda a produção extraída, separando o gás nobre — gasolina e o butano — do residual —, que será utilizado pelas empresas.

**BALANÇA DE PAGAMENTO** — O aproveitamento do gás natural faz parte da política do Governo Federal

de buscar alternativas energéticas, visando diminuir o consumo dos derivados do petróleo e, por conseguinte, a importação deste produto, responsável direto pelo desequilíbrio da Balança de Pagamento. Segundo informações da Petrobrás, as instalações do Nordeste e da PGN, quando da sua total implantação, possibilitarão um corte de 44 milhões de dólares anuais nas importações do País.

Do ponto de vista das empresas que utilizarão o gás natural, na ótica da Petrobrás, o empreendimento é só vantagens. Vantagens que, segundo ela, vão desde a redução dos custos de armazenamento do combustível — com o gás isso não existirá — até a contribuição para um meio-ambiente mais sadio, pois a queima do gás não é poluente. E mais: a queima não deixa resíduos, e os equipamentos dispensam os custos de manutenção.

**COMO FUNCIONA** — Em Guamaré, para onde convergirá toda a produção de gás natural dos Campos de Ubarana e Agulha, ficará a PGN e o

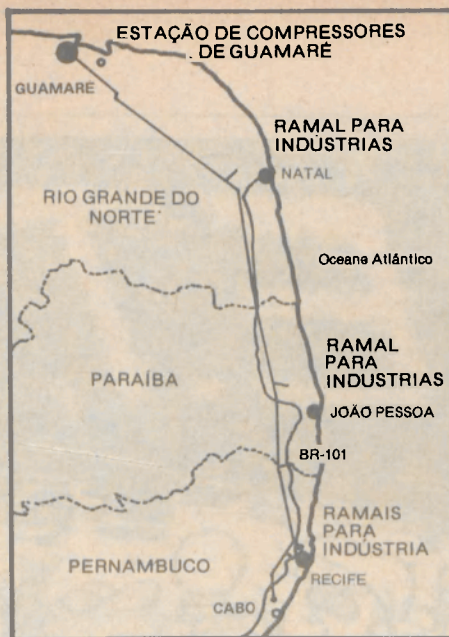
ponto de origem do Nordeste. Ali, todo o gás que jorra junto ao petróleo será processado. Da parte nobre, o gás butano servirá para abastecer todo o Estado do Rio Grande do Norte e parte do Ceará, e a gasolina natural, que será produzida em cerca de 180 metros cúbicos por dia, entrará na comercialização normal.

A parte não-nobre, a residual, vai ser transportada pelo Gasoduto, servindo as 60 — 16 só do RN — empresas dos Estados da Bacia Potiguar: Pernambuco, Paraíba e RN. Este gás residual ainda terá uma outra função: parte será reinjetada nos poços das plataformas marítimas, visando aumentar a produção de petróleo.

Segundo a Petrobrás, o Gasoduto do NE contará com 420 quilômetros de tubulações em aço de 30 centímetros de diâmetro, na sua linha-tronco, uma extensão que atingirá os 500 quilômetros com as ramificações às empresas consumidoras. A demanda prevista pela empresa é de 860 metros cúbicos de gás natural residual por dia, que poderá atingir a casa de um milhão no futuro.

O Nordeste está orçado em 50 milhões de dólares, mas o projeto completo de utilização do gás de Guamaré sobe a 80 milhões, devido a construção da PGN. A finalização das obras de construção está prevista para fevereiro de 86, mas os trabalhos se darão em duas etapas: na primeira, serão atendidas as indústrias do RN e da Paraíba, no início de 85; a segunda finaliza os trabalhos alcançando a cidade de Cabo, Pernambuco, em 86.

**OFERTA DE EMPREGOS** — As obras de construção do Gasoduto e da PGN já estão sendo iniciadas, segundo ainda informações da Petrobrás.



Gasoduto do Nordeste

Todo o levantamento topográfico já foi feito, estando em fase de conclusão a parte jurídica do projeto, que envolve a utilização do subsolo de propriedades privadas por onde passará o Nordeste.

Na parte de construção, as empresas já foram contratadas. Em Eduardo Gomes, a Techint aplica o revestimento betuminoso na tubulação que, de acordo com o cronograma da Petrobrás, nos próximos quatro meses deverá começar a ser montada pelas construtoras. Na parte de montagem, três empresas participam: a EIT, que fará Guamaré-Natal; a Andrade Gutierrez, que interligará o RN a Paraíba; e a Coest, que complementará até Cabo. Os informes da Petrobrás são que, só no RN, 400 empregos serão propiciados mediante a construção do Gasoduto do Nordeste. □

qualquer conotação de política partidária que envolveu — ou poderia envolver — os conselheiros eleitos. Outra é manter a posição progressista da Ordem em relação aos problemas da sociedade civil, como ocorre na luta pelas eleições diretas para Presidente da República.

E é exatamente este processo de escolha — eleição de quinze conselheiros, votados entre todas as chapas concorrentes, que elegem o presidente da Ordem — criticado pela chapa que luta pelas diretas já. Os candidatos: Jales Costa, Valério Marinho, Adilson Gurgel, Carlos Gomes, José de Ribamar, Joventina Simões, entre outros. É Carlos Gomes quem diz:

“Não queremos o poder pelo poder. Qualquer um de nós participará ativamente da administração, e é por isso que queremos que o mais votado seja o presidente. Isso seria o resultado de um acordo de cavaleiros, ou seja, ficaria implícito, após as eleições do Conselho, que o mais votado seria o escolhido, por cada um dos conselheiros, para presidente. O Estatuto da OAB apenas diz que é o Conselho quem elege o presidente, e nós não fugiríamos a essa norma. Se a OAB defende a liberdade civil, precisa dar o exemplo”.

**SOMENTE UM ADMINISTRADOR** — A menção, feita por Carlos Gomes, ao Estatuto da OAB é, justamente, o maior alvo de críticas das duas chapas restantes. Herbart Spencer defende que o Estatuto deve ser obedecido a risca, e esclarece que o presidente da Ordem é apenas um administrador, que preside reuniões e representa os conselheiros. Quem governa dentro da OAB, ressaltou, é o Conselho.

**POLÍTICA PARTIDÁRIA** — Os advogados Rubélio Lins Bahia, Jaime Mariz Farias, Margarida Seabra Moura e Elias Borges compõem a chapa encabeçada por Gileno Guanabara. Que fica na posição mais delicada quando os outros concorrentes resolvem levantar bandeiras contra a vinculação à política partidária. Inscrito no PMDB, Gileno nem por isso acha que, como presidente, vá dar ênfase a esse tipo de militância:

“Todos os ex-presidentes da Ordem tiveram definições políticas, e fizeram boas administrações. A OAB está acima da política partidária, embora, como ela própria, essa política faça parte da sociedade civil”. □

## DIREITO

# Diretas para presidente: a grande disputa da OAB

Diretas já ou indiretas agora. Essa é, simplificada, a essência da disputa eleitoral já formada na Ordem dos Advogados do Brasil — seção Rio Grande do Norte, embora as eleições para o Conselho que dirige a entidade sempre ocorram no mês de novembro. Hoje, três chapas já estão praticamente completas e, enquanto duas — encabeçadas pelos

advogados Herbart Spencer e Gileno Guanabara — têm candidatos a presidente definidos, uma delas luta por escolher o mais votado, dentre quinze conselheiros eleitos, para o cargo da Presidência.

A celeuma já está formada, e muitas questões se ocultam sob a aparente briga única pelas diretas. Uma questão principal é retirar, da OAB,



Assisti o filme «ET» e fiquei me perguntando se um ser extra-terreno nos visitaria algum dia. Só uma pessoa é capaz de responder tal pergunta: Madame Zazá, vidente, babalorixá, adivinha, futuróloga, médium, quiromante e cartomante. Ah, ela também é formada em parapsicologia.

Me dirigi à sua tenda, lá nas Quintas, e encontrei uma novidade. A bola de cristal de Zazá agora é controlada por um micro-computador. É Madame Zazá entrando na era da Informática.

Bip-bip prá lá, bip-bip prá cá e uma imagem aparece na bola.

— Oh, vejo os extra-terrestres pousarem no nosso planeta!

— Dá prá ver quando eles pousarão?

— Ainda este ano.

— Puxa! Aonde?

— Aqui no Brasil, na Praça da Apoteose numa noite dessas...

Ao sair do disco serão imediatamente assaltados por trombadinhas.

Depois, serão descobertos pela imprensa. A Globo tentará cobertura exclusiva. O Governador daquele Estado, lembrando-se da Pro-consult, entregará a cobertura do fato à Manchete.

Os seres, todos de cor vermelha, por alguma suspeita que não dá prá desco-

brir, darão uma passadinha no DOPS. Em seguida, darão entrevista às páginas amarelas da Veja e o deputado Paulo Maluf tentará um contato para um provável apoio à sua candidatura. Os seres negarão o apoio, argumentando serem favoráveis às diretas, costume muito usado no planeta deles.

Ao saber disso, as oposições os convidarão para fazerem parte de mais um grande show-comício das diretas-já! na Praça da Sé.

Enquanto os extra-terrestres estão na maior badalação (serão capa do «Jota Especial»), Delfim Neto aparecerá sorratamente no local de pouso e tentará vender o disco-voador por vários bilhões de dólares. Com o dinheiro pagará a nossa dívida-externa.

Por fim, os seres convidarão o Presidente Figueiredo para uma visita ao planeta lá deles. De pronto, Sua Excelência aceitará.

E, chegando ao planeta de origem dos extra-terrestres, Figueiredo declarará que «é favorável às diretas; o PDS é que não topa».

Aqui, na Terra, no outro dia, o povo eufórico cairá num baita carnaval, só terminando depois que um tal de Francisco apareceu.

# VENHA PARA NOSSOS 15 ANOS.

**Este é o ano 15 de RN-ECONÔMICO. Um bom ano para você participar mais ainda de nossos empreendimentos jornalísticos. Como bem sabe, quem chega a essa idade tem sempre os olhos de todos voltados para si.**

**Logo, se você também está presente ao centro desse evento, terá o mesmo destaque.**

**Da nossa parte, durante nossos cinco mil e tantos dias de vida, sempre tivemos satisfação em estar com você e todos os que se empenham no trabalho de fazer este Estado crescer. Participamos, com o mesmo prazer, de festas de outros que completaram tanto e, às vezes, muito mais tempo do que nós.**

**Cumprir etapas é bom para todos.**

**Estimula. Contagia.**

**Mostra que o trabalho compensa.**

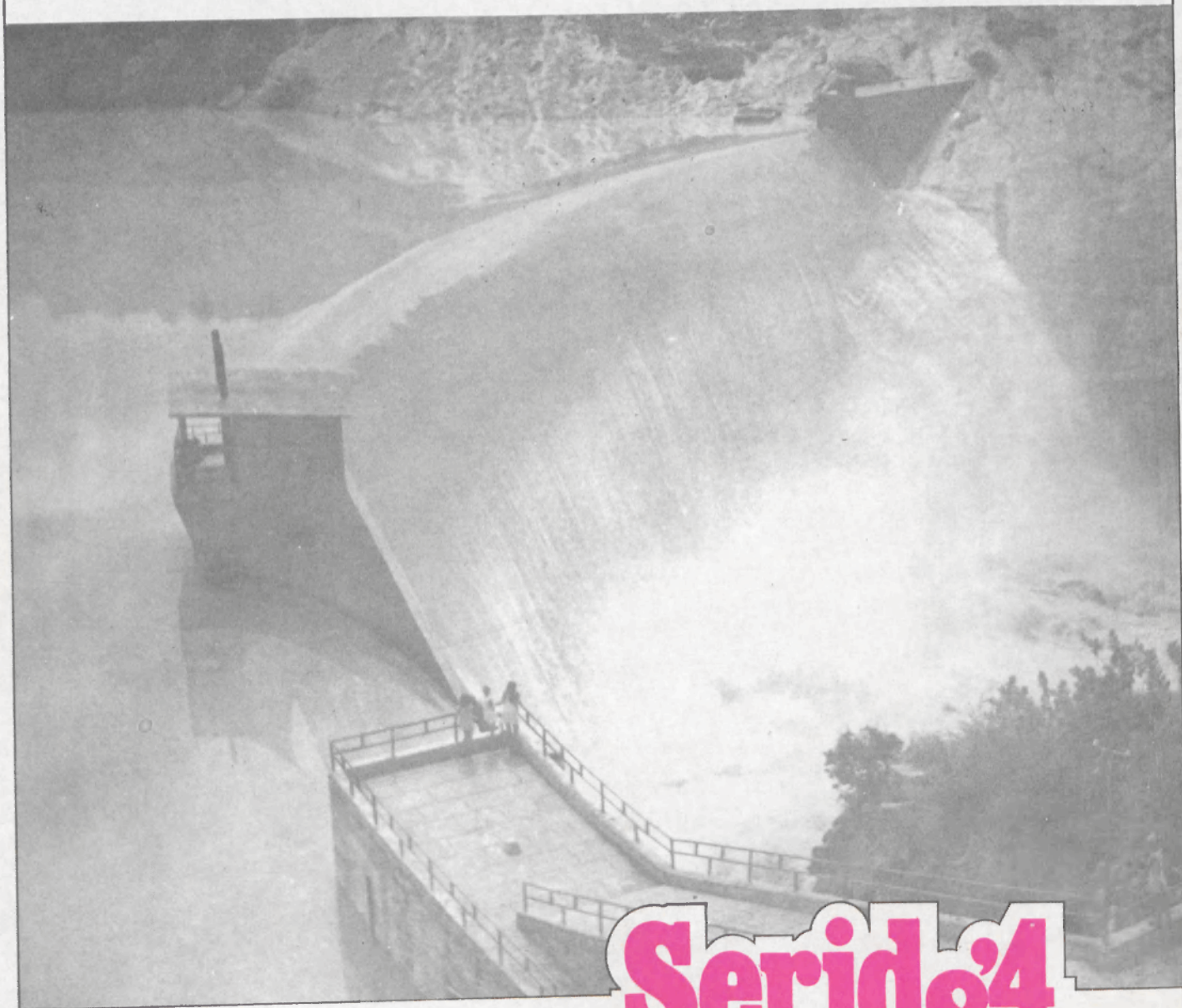
**Por isso o convidamos para estar conosco na nossa festa de 15 anos.**

**RN/ECONÔMICO**

REVISTA MENSAL  
IMPRESSOS EM  
OFF-SET E  
TIPOGRAFIA

Rua São Tomé, 421 - Telefone (084) 222-4722 - Centro - CEP 59.000 - Natal-RN

# OVERDE DO INVERNO NAS TERRAS RICAS DO SERIDÓ NUMA VISÃO ATUAL DE TRABALHO E PRODUÇÃO DA REGIÃO



## Seridó'84

*Nas festas de Santana mais uma edição especial da revista RN/Econômico vai circular no Seridó do Rio Grande do Norte. Em julho, Seridó/84. Aguardem!*

**RN/ECONÔMICO**  
Rua São Tomé, 421 Tel.: 222-4722 Centro Natal RN.